
Porto Seguro S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro S.A. e controladas e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores independentes, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2021.

Mensagem da Administração

Em 2021, as receitas da Porto Seguro atingiram R\$ 21,6 bilhões (+14,4% vs. 2020), acompanhadas de uma expansão significativa na base de clientes, fruto das iniciativas em curso com o objetivo de acelerar o crescimento dos negócios, permeadas por uma abertura ainda maior para repensar formatos e estabelecer mudanças que permitam fortalecer os pilares da Companhia e amplificar a inovação que sempre esteve presente em seu DNA.

Na vertical Seguros, os prêmios cresceram 11,0% (vs. 2020), favorecidos pela fidelização e expansão na base de clientes através de soluções segmentadas para os diferentes perfis de consumidores. O seguro Auto expandiu 11,6% nos prêmios, sustentado principalmente pelo incremento de 311 mil veículos na frota segurada (vs. 2020). Os prêmios dos seguros Patrimoniais aumentaram 10,0% (vs. 2020), decorrente principalmente do crescimento dos seguros Empresariais, do Residencial da marca Porto Seguro e dos novos produtos, em especial os seguros para bikes, smartphones e responsabilidade civil profissional. No seguro de Vida, houve uma ampliação de 12,8% (vs. 2020) nos prêmios, explicado pela evolução dos seguros de Vida Individual, Vida Coletivo e pela retomada do crescimento do seguro de Viagem, favorecido pela retomada dos deslocamentos com destinos internacionais.

A vertical Saúde ampliou em 16,1% seu faturamento anual, através da manutenção de taxas de renovação elevadas e de um aumento consistente no número de vendas novas, resultando no quinto ano consecutivo de crescimento em duplo dígito nos prêmios do Saúde Empresarial. Houve um aumento de 91 mil vidas nos negócios de Saúde consolidados (vs. 2020), atingindo 1,2 milhão de pessoas cobertas. A vertical tem investido em tecnologia, processos e liderança dedicada para aumentar ainda mais sua relevância no segmento.

A vertical Negócios Financeiros apresentou elevação nas receitas de 20,9% no ano (vs. 2020), através do crescimento acelerado de seus principais negócios. As receitas de Cartão de Crédito e Financiamento cresceram 24,0% (vs. 2020), através de iniciativas bem sucedidas de vendas e de uma estratégia eficaz de crédito, com um crescimento significativo da Carteira de Crédito (+32,9% vs. 2020), atingindo R\$ 13,3 bilhões ao final de 2021. Os Riscos Financeiros e Capitalização expandiram as receitas em 14,9% (vs. 2020), impulsionados principalmente pelo Aluguel Essencial, com processo de contratação mais ágil, digital e econômico em relação ao produto tradicional, e pela ampliação da base de parceiros (imobiliárias e corretores), revisão de estratégia e aceitação. As receitas do Consórcio obtiveram um incremento de 26,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, favorecidas pelo crescimento da carteira de créditos administrados, atingindo R\$ 32,1 bilhões ao final do ano (+36,0% vs. 2020) associado ao aumento do número de cotas ativas (+13,3% vs. 2020).

Na vertical Serviços foi registrado um aumento de 31,5% nas receitas anuais, com destaque para o Carro Fácil, que cresceu 61,7% (vs. 2020) e alcançou 10 mil contratos ativos ao final de 2021. Ênfase também para os serviços de assistência (PortoFaz e Reppara!), que cresceram 36,2% (vs. 2020), alavancados principalmente pelas operações *business to business*.

No consolidado de todos os negócios de seguros (incluindo Saúde e Riscos Financeiros), o índice combinado de 2021 foi de 94,9%, permanecendo 1,1 p.p. melhor do que a média dos últimos 10 anos. No comparativo anual, o índice aumentou 4,8 p.p. em relação a 2020, explicado pela elevação da sinistralidade do Auto no segundo semestre de 2021 e do Saúde até o terceiro trimestre de 2021. No seguro Auto, a maior sinistralidade foi decorrente da inflação de peças, aumento no preço dos carros e da maior circulação de veículos, em função da redução do isolamento social. No Saúde, a sinistralidade foi impactada pela segunda onda do COVID-19 no primeiro semestre de 2021 e pelo crescimento dos procedimentos eletivos no terceiro trimestre, mas encerrou o último trimestre do ano com a sinistralidade já tendo retornado aos patamares pré-Covid.

O resultado financeiro foi de R\$ 468,7 milhões em 2021, superando o “benchmark” ao atingir rentabilidade sobre as aplicações financeiras (ex-Previdência) de 184% do CDI. Esse resultado é reflexo, principalmente, dos retornos positivos das alocações em juros indexados à inflação, que foram parcialmente impactados pelo desempenho desfavorável das alocações em renda variável. Esse resultado foi 49,1% inferior ao obtido em 2021, que foi muito superior à média histórica dessa linha.

O lucro líquido alcançou R\$ 1.544,2 milhões em 2021 (-8,5% vs. 2020), atingindo um Retorno sobre o Patrimônio Líquido de 16,9% no período, 2,7 p.p. menor do que o registrado em 2020.

O ano de 2021 foi bastante dinâmico para a Porto Seguro, marcado por diversas iniciativas nos campos da inovação e societário, com reflexos positivos no processo de transformação digital e que demonstram o protagonismo da Companhia na jornada de aceleração do crescimento.

No campo da inovação, houve o lançamento do “Bllu”, primeiro seguro de automóvel por assinatura mensal já lançado pela Porto Seguro; o desenvolvimento de um “SuperApp”, que melhora a experiência do usuário e já concentra produtos e serviços utilizados por mais de 75% dos clientes da Porto Seguro; e a ampliação dos atendimentos via WhatsApp, com 40% do total de assistências já passando por esse canal, que além de melhorar a experiência do cliente, também contribui para ganhos de eficiência operacional; e a criação do “Tech Fácil”, serviço de assinatura para smartphones.

No campo societário, houve a realização de uma joint venture com a Cosan para a criação da Mobitech, que atuará no fornecimento de soluções inovadoras de mobilidade, tais como modelos de assinatura de veículos, gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos; a aquisição de 50% de participação da Conectcar, do grupo Ultra, através de sua controlada Portoseg S.A., potencializando a conexão entre a mobilidade e os diversos serviços financeiros da Porto Seguro, através da ampliação e modernização de benefícios existentes e do fortalecimento da estratégia de atração de clientes; a aquisição de participação na Petlove através da transferência da Porto.Pet; e a compra de participação majoritária na Atar, fintech que desenvolve soluções de Banking-as-a-Service (BaaS), com o objetivo de acelerar o processo de transformação digital da vertical de Negócios Financeiros.

Além disso, está em andamento a cisão da operação de assistência (sujeita à aprovação da SUSEP), que está dentro de uma das seguradoras do grupo (Porto Seguro Cia de Seguros Gerais) para uma nova empresa (Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.), com o objetivo de alavancar o crescimento da vertical de Serviços através da otimização da gestão e oferta de serviços também para terceiros.

Na frente ASG, ênfase para a contribuição da Porto Seguro com a sociedade no enfrentamento da pandemia através de seus produtos e serviços, com destaque para o seguro de Vida, que desde o início da crise sanitária já indenizou mais de 3 mil famílias vítimas de perdas decorrentes do COVID-19, através de aproximadamente R\$ 160 milhões em indenizações, e para o seguro Saúde, que deu cobertura para mais de 8,6 mil beneficiários que precisaram ser internados, sendo aproximadamente 5,3 mil em leito comum e 3,3 mil na UTI, além de ter prontamente realizado quase 160 mil testes do COVID-19 até dezembro de 2021.

Vale ressaltar também a parceria da Porto Seguro com a Associação Crescer Sempre na comunidade de Paraisópolis, na cidade de São Paulo, com o objetivo de promover transformação social através de educação de qualidade. Em 2021 concluíram os cursos: 320 alunos na escola regular de Educação Infantil; 209 alunos na escola integral de Ensino Médio; 160 alunos no projeto de reforço em Português e Matemática Jovem Crescer; e, 45 alunos nos Cursos Profissionalizantes presenciais. Ainda no campo social, a Renova Ecopeças, Empresa da Porto Seguro, pioneira na reciclagem automotiva no país, assumiu seu papel de acreditar e fomentar a ressocialização e busca pela redução da violência, desenvolvendo um Programa de contratação de egressos do sistema prisional, através de parceria com o Instituto Ação pela Paz.

Por fim, a Porto Seguro agradece mais uma vez aos colaboradores, corretores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e demais “stakeholders” pela confiança e dedicação na Companhia ao longo de 2021, e segue firme no propósito de oferecer experiências transformadoras para cada momento da vida das pessoas e assim ser cada vez mais um Porto Seguro para todos.

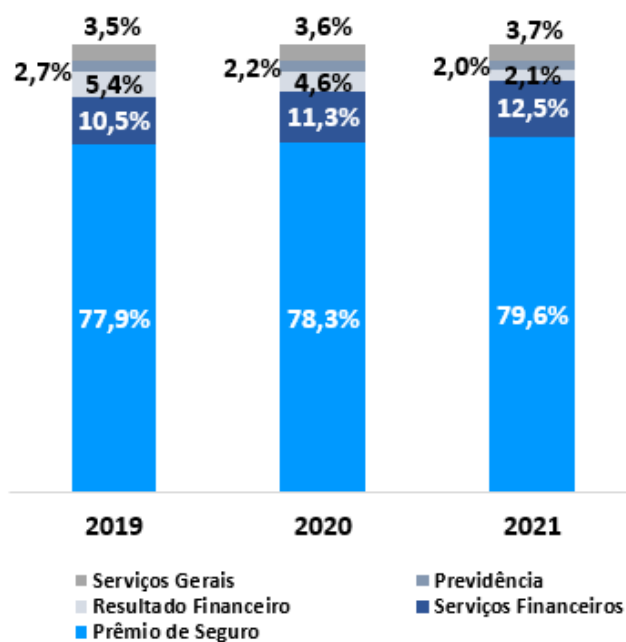
[Tentativa de ataque cibernético](#)

Em relação ao incidente ocorrido no dia 14 de outubro de 2021, a Administração conclui que não foi identificado qualquer vazamento de dados da Companhia, suas controladas, seus clientes e/ou parceiros, incluindo quaisquer dados pessoais, assim como não houve impacto nos negócios e nas Demonstrações Financeiras.

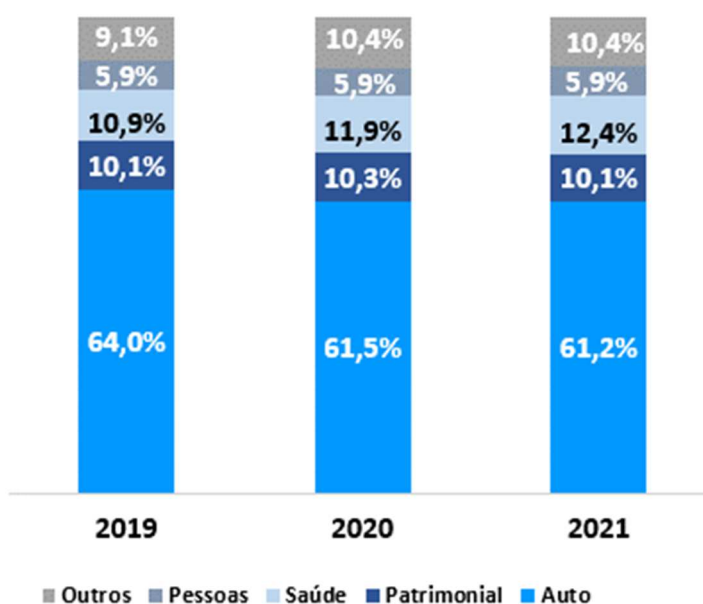
NOSSO DESEMPENHO

Principais Indicadores:

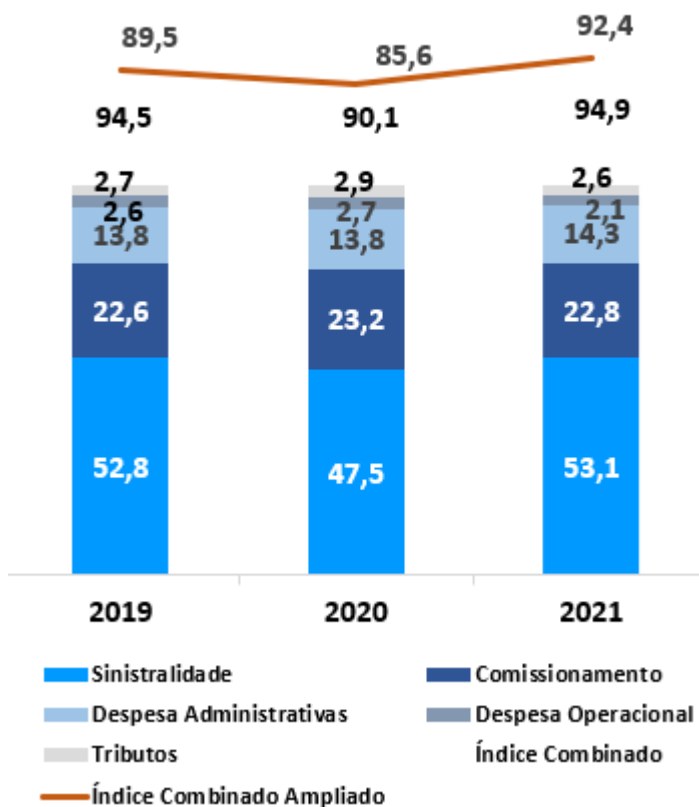
Distribuição Receita Total



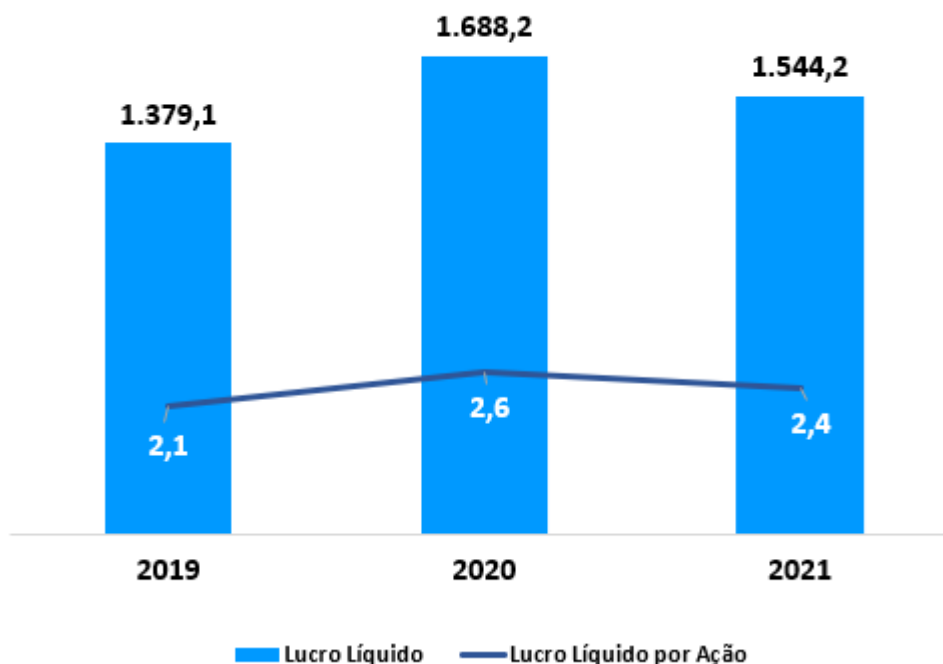
Distribuição dos Prêmios de Seguro



Índice Combinado de Seguros %



Lucro líquido



Nos títulos a seguir, as expressões "em 2021" e "em 2020" referem-se aos saldos e índices apurados pela Companhia nos períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 e de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, respectivamente. Valores expressos em R\$ milhões, exceto quando indicado o contrário.

Detalhamento do resultado do exercício

Auto consolidado	2021	2020	Variação %/ p.p.
Prêmios auferidos	10.841,4	9.716,0	11,6
Sinistralidade (%)	53,2	46,9	6,3
Veículos segurados - frota	5.773	5.462	5,7

- Segmento de Seguro Automóvel: os prêmios auferidos no segmento de seguro automóvel totalizaram em 2021 R\$ 10.841,4 milhões, aumento de R\$ 1.125,4 milhões ou 11,6% sobre os R\$ 9.716,0 milhões em 2020.

Relatório da Administração 2021



Prêmios auferidos - Saúde	2021	2020	Variação %
Saúde empresarial	2.048,7	1.745,2	17,4
Saúde odontológico	146,9	139,4	5,4
Total Saúde	2.195,6	1.884,6	16,5

Sinistralidade - Saúde	2021	2020	Variação p.p.
Saúde empresarial	81,7	74,4	7,3
Saúde odontológico	45,1	42,1	3,0
Total Saúde	79,3	72,0	7,3

Patrimonial	2021	2020	Variação %
Prêmios auferidos	1.793,5	1.630,2	10,0
Sinistralidade (%)	32,5	33,5	(1,0)
Itens segurados	2.556	2.430	5,2

- As receitas com contribuições de planos de previdência e prêmios de VGBL totalizaram R\$ 444,5 milhões em 2021 um aumento de 1,1% em relação aos R\$ 439,5 milhões em 2020. A quantidade de participantes de Vida e Previdência (exceto Vida Prêmio) passou para 127,2 mil em 2021, uma queda de 3,6% em relação aos 132,0 mil em 2020.
- As receitas com crédito e financiamento totalizaram R\$ 2.119,4 milhões em 2021, aumento de R\$ 410,1 milhões ou 24,0% em relação aos R\$ 1.709,3 milhões em 2020. A carteira de operações de créditos administradas aumentou 32,9%, passando para R\$ 13.316,3 milhões em 2021 em relação aos R\$ 10.019,6 milhões em 2020.
- As receitas de administração de consórcios totalizaram R\$ 487,1 milhões em 2021, com aumento de R\$ 103,1 milhões ou 26,8%, em relação aos R\$ 384,0 milhões em 2020. O número de cotas de consórcio administradas aumentou 13,2% passando para 192,2 mil em 2021, em relação aos 169,8 mil em 2020.
- As demais receitas com prestação de serviços totalizaram R\$ 822,6 milhões em 2021, com aumento de R\$ 72,2 milhões ou 9,6%, em relação aos R\$ 750,4 milhões em 2020, com destaque para a Mobitech que cresceu 61,7% no ano e alcançou mais de 10 mil contratos ativos em 2021. As receitas recorrentes de serviços contam também com outros produtos sinérgicos aos negócios da Porto Seguro com potencial de expansão atrativo, como o PortoFaz e Reppara!.

Despesa de comercialização	2021	2020	Variação p.p.
Custos de aquisição – seguros	22,8	23,2	(0,4)

Despesas administrativas e operacionais	2021	2020	Variação p.p.
Despesas administrativas - seguros (*)	14,3	13,8	0,5
Outras receitas/desp. operacionais - seguros	2,1	2,7	(0,6)
Total despesas administrativas e operacionais	16,4	16,5	(0,1)

(*) Em 2021, considerando os valores de INSS sobre PLR, o índice de despesas administrativas - seguros é de 13,6%.

Relatório da Administração 2021



- No ano de 2021, o índice de despesas administrativas e operacionais - Seguros atingiu 16,4% (em relação ao prêmio ganho), permanecendo estável em relação ao ano anterior. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes e corretores.

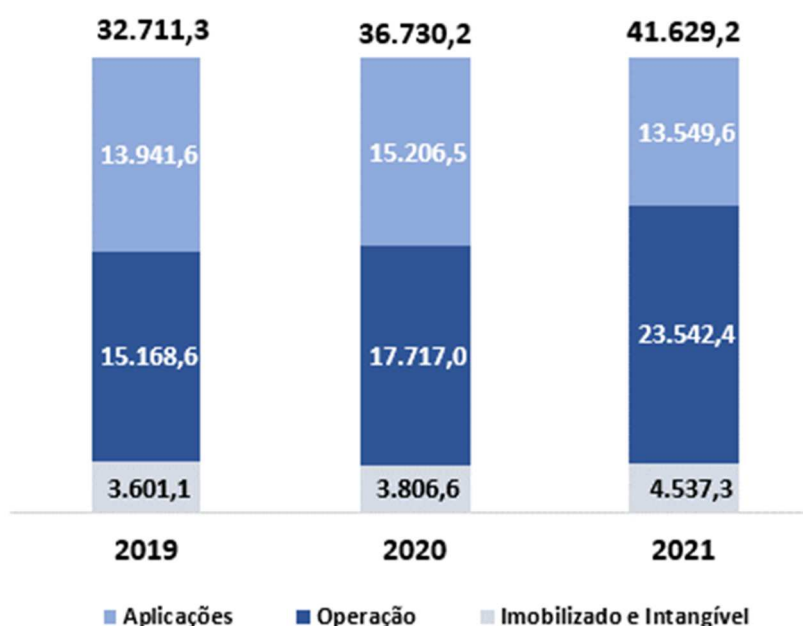
Resultado Financeiro

Resultado financeiro	2021	2020	Varição %
Resultado financeiro - seguros	431,1	779,3	(44,7)
Resultado financeiro - outros negócios	37,6	141,8	(73,5)
Total resultado financeiro	468,7	921,1	(49,1)

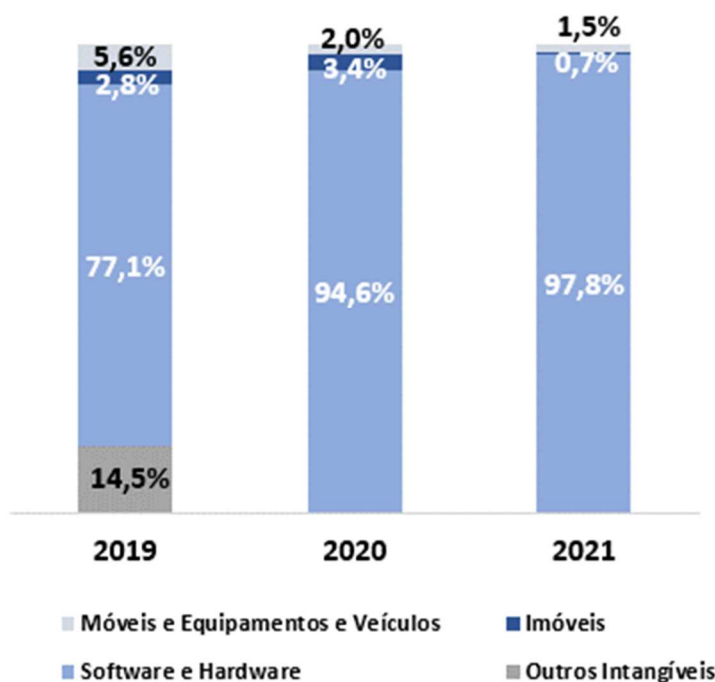
- O resultado financeiro decresceu 49,1% no ano, impactado principalmente pelo desempenho dos ativos de renda variável, embora as alocações em ativos indexados à inflação tenham contribuído positivamente. As aplicações financeiras obtiveram retorno acima do CDI, explicado principalmente pelo desempenho positivo das alocações em títulos indexados à inflação.

Posições Patrimoniais

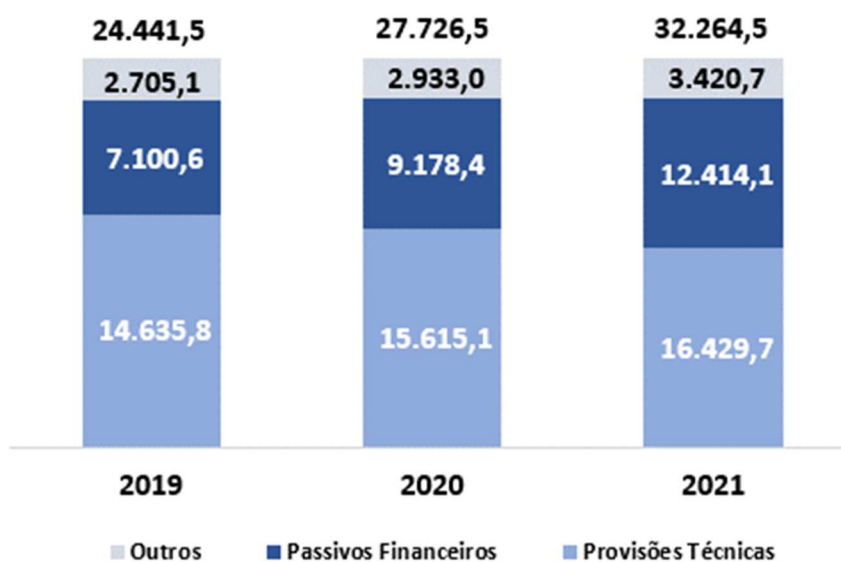
Ativos Totais



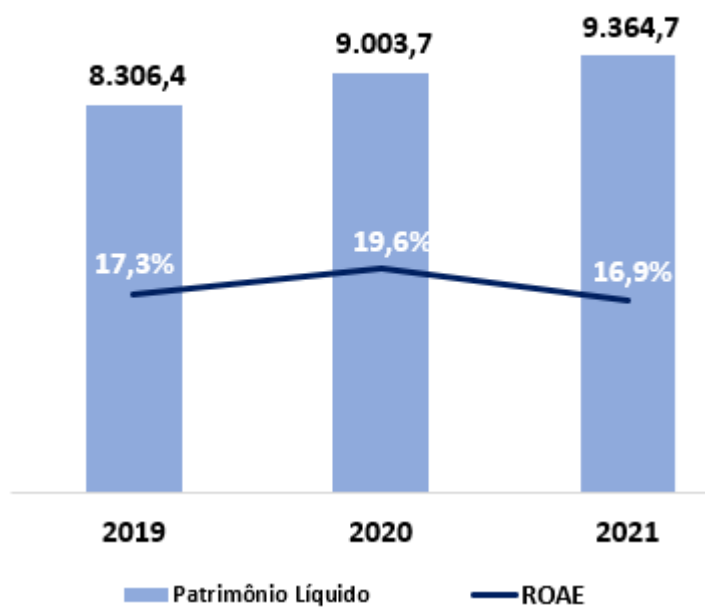
Investimentos (Capex)



Passivos Totais

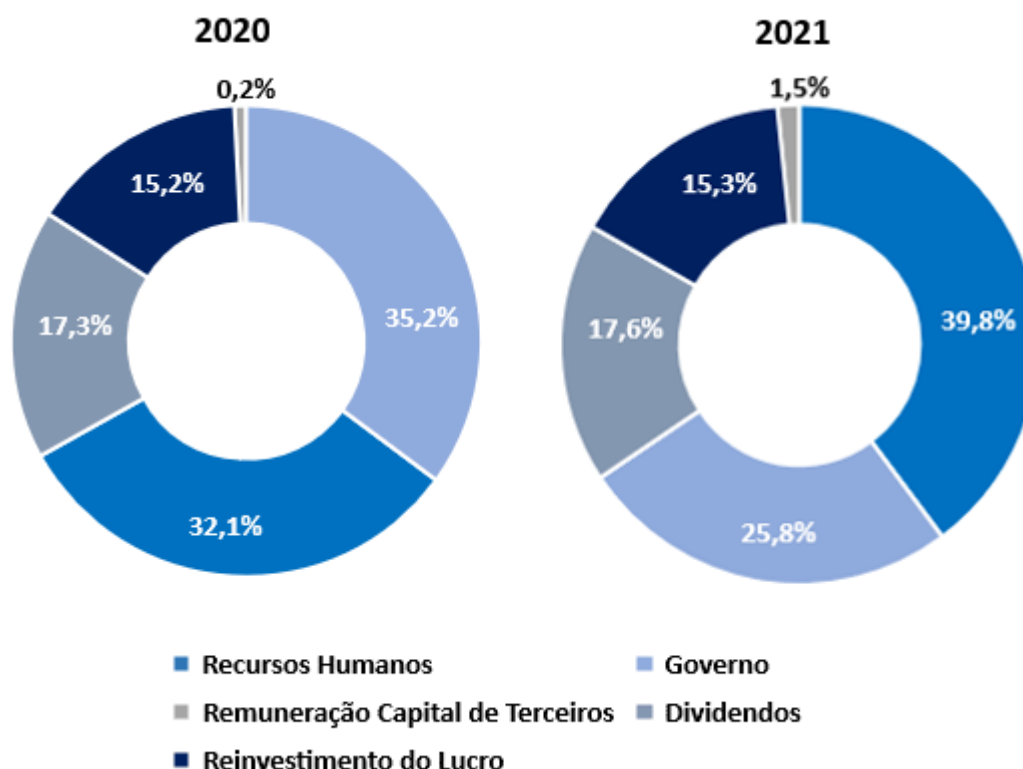


Patrimônio Líquido



VALOR ADICIONADO

Em 2021, o valor adicionado alcançado pela Companhia totalizou R\$ 4.701,3 milhões, com redução de 9,5% sobre o montante de R\$ 5.193,4 milhões do ano de 2020, conforme distribuído abaixo:



GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa, fortalecendo os princípios que privilegiam a transparência, a equidade e o respeito aos seus acionistas, e que criam condições para o desenvolvimento e a manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores. Na busca pela melhoria constante de nossas ações, diversas áreas se dedicam a aprimorar o canal de comunicação permanente entre a Companhia e todas as partes interessadas no negócio: acionistas, órgãos reguladores, corretores, funcionários, comunidade, entre outros.

As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado (código PSSA3), um segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo B3 destinado exclusivamente a companhias que atendam a determinados requisitos mínimos e às regras diferenciadas de governança corporativa, de acordo com as práticas exigidas pelo Novo Mercado e recomendadas pelo Instituto Brasileiro de

Governança Corporativa (IBGC).

Ainda, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

O Conselho de Administração da Companhia criou os Comitês de Assessoramentos, órgãos auxiliares com funções técnicas e consultivas (“Comitês”), com a finalidade de tornar a atuação dos órgãos de administração da Companhia mais eficientes, de forma a maximizar o valor da Companhia e o retorno dos acionistas, respeitadas as melhores práticas de transparência e governança corporativa. Atualmente, além do Comitê de Auditoria, que tem seu funcionamento permanente, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, estão instalados os seguintes Comitês:

Comitê de auditoria:

O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário de assessoramento, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. O referido comitê tem como objetivo principal assessorar o Conselho de Administração, avaliando, acompanhando e recomendando, de forma independente: (i) o pleno atendimento aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia e às suas controladas, considerando as particularidades de cada empresa, além de regulamentos e políticas internas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iv) a contratação e os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (v) o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

Comitê de Pessoas:

O Comitê de Pessoas tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes às estratégias e políticas de gestão de pessoas de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Remuneração:

O Comitê de Remuneração tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração para que as decisões sobre remuneração de administradores e colaboradores das sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro estejam alinhadas às políticas e normas internas que regulem o assunto, além da legislação e regulamentação aplicável.

Comitê de Risco Integrado:

O Comitê de Risco Integrado tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Ética e Conduta:

O Comitê de Ética e Conduta tem como objetivo orientar e disseminar, em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro, o Código de Ética e Conduta da Companhia, além de conduzir apurações e propor medidas corretivas relativas às infrações ao referido Código.

Comitê de Investimentos:

O Comitê de Investimento tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à gestão dos investimentos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Marketing:

O Comitê de Marketing tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à estratégia de comunicação de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro para os seus diversos públicos.

Comitê Digital:

O Comitê Digital tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas às pesquisas e tendências tecnológicas, de mercado e inovações de novos produtos e processos em linha com os objetivos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS E “MARKETING”

Em 2021, a Porto Seguro ampliou sua linha de produtos e serviços, com destaques para:

Programa Start: com o objetivo de contratar mil profissionais para áreas digitais até 2025, lançamos o Start, programa que oferece bolsas de estudo 100% gratuitas para formação em carreiras digitais.

Aquisição de 74,67% da Segfy: empresa oferece soluções tecnológicas para corretores. Esse foi o primeiro aporte do fundo de investimentos em participações da Porto Seguro, a Porto Ventures.

Lançamento do Bllu: destinado a veículos de até R\$ 60 mil, lançamos o Bllu, seguro auto por assinatura da Porto Seguro, operado pela Azul Seguros, com o objetivo de atingir uma fatia do mercado que não contava com um seguro para o carro.

Aquisição da ConectCar e lançamento da Tag Porto Seguro: com um investimento de mais de R\$ 160 milhões, a Porto Seguro adquiriu 50% da ConectCar e lançou a Tag Porto Seguro para oferecer aos clientes mais comodidade e agilidade em pedágios, estacionamentos e postos de combustíveis.

Lançamento do Tech-Fácil: plano de assinatura anual de celulares de última geração, com seguro e aparelho reserva em caso de imprevisto, criado em parceria com a Samsung.

Aquisição da Petlove: apostamos no mercado pet com a compra de 13,5% das participações da Petlove, o maior pet shop on-line do Brasil. Nessa transação, passamos a deter participação acionária na Petlove e, em contrapartida, a operação da Porto.pet, antiga Health for Pet, foi transferida para o pet shop.

Lançamento da moto aquática em São Paulo: para apoiar nos resgates em enchentes e alagamentos, lançamos a moto aquática da Porto e contamos com o apoio de um especialista nesse tipo de resgate para treinar nossos prestadores. Atualmente, temos três prestadores de serviços com habilitação de motonauta, treinamento para bombeiro civil e salvamento.

Lançamento rastreador de motos: apresentamos ao mercado mais essa opção de segurança para quem trabalha sobre duas rodas ou aproveita as motocicletas em momentos de lazer.

Expansão da frota elétrica de guinchos: expandimos a nossa frota elétrica como mais uma alternativa para reduzir o impacto ambiental das nossas operações, uma vez que é uma matriz energética de fonte renovável. Dessa forma, passamos a contar com 50 bicicletas elétricas, uma moto elétrica, cinco caminhões e 16 carros elétricos, além de 30 pontos de recarga gratuitos para veículos elétricos – de segurados e não segurados – nos Centros Automotivos Porto Seguro em São Paulo.

Lançamento Vida do Seu Jeito: um seguro de vida personalizável que permite a contratação de coberturas variadas de maneira independente. Com isso, além de o cliente receber uma oferta mais adequada ao seu perfil e momento, ele tem liberdade e flexibilidade para escolher o valor das coberturas de cada uma das proteções selecionadas.

Lançamento Vida On: focado no público jovem, o Vida On é um seguro de vida individual acessível, com contratação descomplicada – 100% on-line - e valores a partir de R\$ 9,26 por mês.

Aquisição de 74,5% da Atar: a empresa desenvolve soluções de Banking as a Service (BaaS) e infraestrutura bancária para empresas e a aquisição reforça a nossa estratégia de aceleração da transformação para o mercado digital.

Joint Venture com a Cosan para a criação da Mobitech: trata-se de uma aposta em mobilidade urbana que, de início, manterá o foco na assinatura de veículos leves do Carro Fácil.

Transporte por app: na Azul Seguros, os clientes que contratarem a cobertura de Carro Reserva têm mais uma opção. No momento do sinistro, podem optar pelo recebimento de créditos nos aplicativos Uber ou Vá de Táxi, em vez de retirar um carro na locadora.

Lançamento App Porto Seguro: o aplicativo tem o objetivo de reunir em um só lugar todos os produtos da companhia para oferecer mais comodidade ao cliente. Além disso, o novo app conta com interface mais moderna e amigável e traz novas funcionalidades.

Vistoria Digital Porto Seguro Auto: a abertura do sinistro, que já podia ser feita pelo site, agora também pode ser feita via WhatsApp. Além disso, a experiência digital ganhou novas funcionalidades, como o uso de inteligência artificial na análise dos danos causados ao veículo, além de ser possível acompanhar em tempo real todo o processo de indenização e reparos, na tela do celular.

PRÊMIOS DE 2020

A Porto Seguro recebeu diversos reconhecimentos em 2021, em categorias diferentes, destacando-se:

- Marcas Mais Valiosas do Brasil 2020 (Interbrand)
- Prêmio Estadão Mobilidade 2022 (O Estado de S.Paulo)
- Ranking das 100 empresas com melhor reputação no Brasil (MERCOS)
- Estadão Finanças Mais (O Estado de S.Paulo)
- Empresas mais Inovadoras do Brasil em 2020 (Forbes)
- Top of Mind (Folha de S.Paulo)
- Marcas Mais (O Estado de S.Paulo)
- Marcas mais amadas pelos cariocas (O Globo)

RECURSOS HUMANOS

O Grupo Porto Seguro encerrou o ano de 2021 com 12.164 colaboradores, sendo 7.936 pessoas nas empresas seguradoras e 4.228 nas demais. Foram admitidos 3.667 funcionários, sendo 530 nos programas “Jovem Aprendiz” e “Inclusão de Pessoas com Deficiência”. Já o índice de rotatividade acumulado do ano, que mede a relação entre contratados e desligados, foi de 27,03%.

Em mais um ano atípico como o de 2021, com altos e baixos ocasionados pela pandemia, continuamos tratando de adequações internas, reforçando o cuidado com a saúde e com a segurança dos nossos colaboradores. Mantivemos ao longo do ano o trabalho em home office como prioridade, seguindo todos os protocolos da OMS.

O Centro de Testagem para Covid-19, localizado no nosso Edifício Rosa Garfinkel, se manteve ativo, contribuindo com a segurança e com a saúde de todos. E, em outubro, iniciamos o movimento de retorno presencial, no qual todos os colaboradores realizaram o teste de Covid-19 para início das atividades, com o objetivo de proporcionar um ambiente seguro na Empresa. Encerramos 2021 com um total de 18.726 testes realizados entre nossos colaboradores e prestadores de serviço.

Seguimos os protocolos sanitários - como aferição de temperaturas nas entradas de nossas unidades, disponibilização de máscaras e de álcool em gel, além do distanciamento seguro. Realizamos rondas periódicas para garantir a efetividade das ações implementadas.

No mês de abril/21, realizamos a campanha de vacinação contra influenza para 5.300 colaboradores e 1.250 dependentes em todo o Brasil, de maneira descentralizada e em diversos pontos para garantir o distanciamento social e a segurança de todos.

Lançamos uma campanha de incentivo à vacinação da Covid-19 e, em nosso mapeamento, tivemos adesão massiva dos nossos colaboradores.

Como parte de nossa estratégia de cuidados com a Saúde Integral, o que inclui a saúde física, mental e financeira, trabalhamos fortemente com o Programa de Gerenciamento de Estresse. Com ele, realizamos rodas de conversas, ações em grupos focados e atendimentos com equipe multidisciplinar, atuando preventivamente no cuidado da saúde mental dos nossos colaboradores com impacto na redução de sinistralidade e no não agravamento dos índices de afastamentos previdenciários. Adicionalmente, orientamos práticas de cuidados, como extensão do horário de almoço, período na semana livre de reuniões e sessões de musicoterapia e meditação.

Lançamos o Programa Retorno Saudável, que tem o intuito de acompanhar o retorno ao trabalho dos colaboradores que ficaram em afastamento previdenciário por saúde mental. Esse acompanhamento é feito por um time multidisciplinar, dentre psicólogos, médicos e assistentes sociais.

Ainda sobre a Saúde Integral, promovemos ações com foco na saúde física, mental e bem-estar para os colaboradores. Durante o ano, foram mais de 20 mil participações em projetos como aulas de música com gaita, ukulele e violão, podologia, muay thai, pilates, super treino, yoga, zumba e teatro. Em julho de 2021, iniciamos também a parceria com o Gympass (benefício que dá acesso a uma rede de academias com valores diferenciados).

Na frente de atração e desenvolvimento de jovens talentos na Porto Seguro, o ano de 2021 foi marcado por avanços. Realizamos o primeiro Programa de Trainee com o objetivo de fortalecer o pipeline de liderança, suportando os desafios da companhia e alinhados à Temporada. Contamos com mais de 40 mil inscritos para 20 vagas disponíveis em diversas áreas.

No ano, tivemos 3 ondas do Programa de Estágio com mais de 29 mil inscritos, resultando em 48 novos jovens talentos que iniciaram na companhia.

Com foco na gestão do clima e no engajamento, de julho a agosto de 2021, aplicamos uma pesquisa intermediária: Raio-X da Liderança. O objetivo foi dar suporte à tomada de decisão e aumentar a velocidade de resposta da Porto por meio do monitoramento ágil e recorrente de aspectos chave para gestão do clima e do engajamento, com ênfase na atuação da liderança. A adesão foi de 66%.

No tema de aprendizagem e desenvolvimento, investimos R\$ 440 mil/mês em programas de treinamento para colaboradores, totalizando 2.666 horas/mês considerando ações nos formatos remoto e on-line. Dentre os programas, destacam-se as ações de desenvolvimento para a liderança, totalizando mais de 32 mil horas/ano.

Realizamos o lançamento do programa de Diversidade e Inclusão, o Juntos. Desejamos ser um porto seguro onde a equidade, a representatividade e o respeito às diferenças sejam parte de nossa cultura. Entre as principais iniciativas realizadas em 2021, estão: palestras de sensibilização para lideranças e demais colaboradores; estruturação da governança para que os temas relacionados à diversidade e inclusão ganhem relevância e celeridade nas pautas da companhia; mentoria de liderança inclusiva para os executivos (vice-presidentes e CEO); criação de grupos de afinidade para equidade de gênero, raça e etnia,

LGBTI+ e pessoas com deficiência; desenvolvimento e publicações de conteúdos em datas importantes do calendário de diversidade.

Além disso, foram realizados desenvolvimentos de sistemas visando melhorar a experiência do usuário para acesso às informações referentes à gestão de pessoas, com foco em simplicidade, integração e cliente no centro.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

Dentre as inúmeras iniciativas sustentabilidade realizadas pela Cia, destacam-se os seguintes projetos em 2021:

Educação socioambiental

- Realizadas 50 ações de educação socioambiental para o público interno, com abordagens de consumo consciente, sustentabilidade, mudanças climáticas, resíduos, entre outras. No total, tivemos 10.248 participações de colaboradores.
- Realização da segunda Maratona da Sustentabilidade, da qual 65 Agentes Socioambientais - colaboradores da Porto Seguro - participaram, construindo soluções para desafios reais de sustentabilidade das Instituições Sociais credenciadas pela Porto Seguro na Matriz. Ao final, a ideia vencedora que tinha como desafio a capacitação técnica e apoio às equipes e instituições na interação com o público atendido, será implantada em 2022 no projeto de desenvolvimento de gestores sociais promovido pela área de Sustentabilidade.
- Realização do Mês da Sustentabilidade, com palestras e oficinas destinada aos colaboradores, prestadores e Corretores, com os temas de: 1) Pilares Conceituais: Ambiental, Social e de Governança, 2) Oficina do Consumo Consciente 3) Sustentabilidade na Porto 4) Riscos Socioambientais e o case Renova. Também lançamos um jogo on-line, o Cada Vez + Sustentável, para dependentes dos colaboradores e prestadores, de 7 a 12 anos, que puderam aprender sobre a economia de recursos naturais como a água, energia elétrica e alimentos, além de praticar a coleta seletiva e doação de roupas e brinquedos. O evento totalizou 460 participações ao vivo e 325 visualizações no YouTube pós evento, além de 431 pessoas participando do nosso jogo.

Ecoeficiência

- Iniciativas de redução do consumo de energia, como lâmpadas LED, sensores de presença nos espaços, instalação de placas solares e o Programa Hora da Terra - quando as luzes da Companhia são apagadas por uma hora e utilizamos iluminação natural. Em 2021 todas essas iniciativas, somadas à redução do consumo nos prédios em função do trabalho remoto, garantiram economia de energia de 3.290.468,03 kWh, o que equivale a R\$ 957.272 mil.

- Iniciativas de redução do consumo de água, como captação de água da chuva, estação de tratamento de água interna, água de reuso, sistema dual flush, descargas a vácuo. Em 2021, essas iniciativas representaram economia de 19.998.870 litros de água, o equivalente a R\$ 722.798 mil.
- 66% dos resíduos descartados na matriz foram direcionados à reciclagem, contribuindo para a geração de renda aos cooperados.

Projetos sociais

O **Programa de Voluntariado Corporativo** tem por objetivo propiciar e fortalecer a cultura do voluntariado através de metodologias e práticas de mobilização e engajamento de diferentes públicos da Porto Seguro e da sociedade. Em 2021 foram realizadas mais de 60 ações diferentes, que continuaram de forma on-line, nos segmentos de: Capacitar pessoas, promover bem-estar, apoio aos refugiados, mentoria para jovens e educação socioambiental, tendo a participação de 716 colaboradores, que juntos doaram mais de 5 mil horas para 30 instituições sociais parceiras.

Doações que contemplam todos os projetos que incluem recebimento de donativos, como Estação Consumo Consciente, Campanhas de Arrecadação nas localidades e doações esporádicas. Em 2021, foram realizadas 143 campanhas, totalizando a doação de 261.437 itens, para 77 instituições em todo Brasil, gerando 16.9854 atendimentos.

O **Instituto Porto Seguro** tem como objetivo potencializar o desenvolvimento de projetos educacionais e socioculturais em Campos Elíseos, região onde está instalada a Matriz da Cia. Em 2021, oferecemos mais de 16 cursos de capacitação profissional com 471 alunos formados e 25% de empregabilidade. No Ação Educa, atendemos 200 crianças com oficinas socioeducativas no contraturno escolar. Já na Escola de Costura Industrial, tivemos 12 alunas e faturamento de R\$ 138.961. E no Programa de Aprendizagem, atendemos como entidade formadora 77 jovens, ativamente, ao longo deste período.

Associação Campos Elíseos +Gentil: tem por objetivo melhorar o bairro de Campos Elíseos, tornando-o mais limpo, funcional e, conseqüentemente, seguro. Destaque para os 485 protocolos enviados por moradores, zeladores voluntários e comerciantes do bairro em 30 ruas zeladas com 90% de resolubilidade pelos órgãos competentes da Prefeitura Regional Sé;

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

De um lado, a pior hidrologia dos últimos 90 anos gerou severo estresse ao sistema elétrico, largamente baseado em geração hidrelétrica, implicando numa forte alta das tarifas do setor. De outro lado, a contínua deterioração do arcabouço fiscal aumentou a percepção de risco-país, que se traduziu numa taxa de câmbio mais depreciada, o que por sua vez acentuou o movimento de alta dos preços de diversos produtos.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

Negócios

Para reduzir o impacto ambiental de suas operações nos atendimentos, bem como melhorar o tempo médio dos mesmos, a Porto Seguro trabalha com modais alternativos e mais sustentáveis, na capital e em algumas cidades do Estado de São Paulo: são carros elétricos, guinchos menores, motos e bicicletas elétricas e deslocamento por transporte público. Até o primeiro semestre de 2021*, os modais + sustentáveis representaram cerca de 50% dos km percorridos em atendimentos, reduzindo diretamente as emissões de gás carbônico na atmosfera.

*Em virtude de instabilidade sistêmicas, os dados do 2º Semestre não foram contabilizados até o momento.

A Renova Ecopeças tem como propósito garantir a destinação ambientalmente adequada dos veículos em final de vida útil proporcionando o comércio de itens de reuso para o consumidor final ou atacadista e contribuir para a inclusão de mão de obra de pessoas em situação de alta vulnerabilidade social. Em 2021 a Renova deu a destinação ambientalmente adequada para 3.091 veículos, possibilitando que 2,2 mil toneladas de resíduos tivessem o direcionamento correto.

COMPLIANCE

Declaração da diretoria

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, conforme alterada, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Instrução CVM nº 381/03

No período de janeiro a dezembro de 2021, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2022

A Administração

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
 Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021
 (em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020			Dezembro de 2021	Dezembro de 2020		
Circulante		1.052.927	1.787.513	27.311.577	24.570.126	Circulante		420.156	423.091	24.959.484	20.745.575
Caixa e equivalentes de caixa	7	60.496	146.714	1.400.834	915.881	Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	20	-	-	10.670.728	9.504.592
Ativos financeiros						Débitos de operações de seguro e resseguro	21	-	-	615.783	502.154
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	8.1.1	872.100	1.581.446	7.477.041	8.999.532	Passivos financeiros	22	38.088	-	11.658.869	8.915.922
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	9.382.483	7.192.576	Impostos e contribuições a recolher	11.2	1.001	2.399	660.563	539.776
Prêmios a receber de segurados	10	-	-	5.550.561	4.608.343	Dividendos e JCP a pagar	16.2	357.970	398.739	357.970	406.111
Recebíveis de prestação de serviços		-	-	80.400	70.304	Instrumentos financeiros derivativos	14	-	143	-	143
Ativos de resseguro	20.3	-	-	159.734	179.764	Passivo de arrendamento	24	-	-	12.894	20.227
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	49.495	30.403	218.243	130.025	Outros passivos	25	23.097	21.810	982.677	856.650
Bens à venda	12	-	-	208.844	107.899						
Custos de aquisição diferidos	13	-	-	2.218.715	1.924.421	Não circulante		316.380	268.167	7.305.026	6.980.878
Instrumentos financeiros derivativos	14	709	-	18.022	-	Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	20	-	-	5.758.977	6.110.483
Outros ativos	15	70.127	28.950	596.700	441.381	Passivos financeiros	22	39.583	-	755.193	262.484
Não circulante		9.048.168	7.907.359	14.317.661	12.160.076	Impostos de renda e contribuição social diferidos	11.3.2	276.797	268.167	312.849	308.939
Realizável a longo prazo						Impostos e contribuições a recolher	11.2	-	-	20.640	10.405
Ativos financeiros						Passivo de arrendamento	24	-	-	118.814	115.339
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	8.1.1	-	-	1.808	1.587	Outros passivos	25	-	-	185.616	58.291
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.1.2	-	-	3.718.693	4.472.292	Provisões judiciais	23	-	-	152.937	114.937
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	8.2	168.770	347.291	2.352.016	1.733.121	Patrimônio líquido		9.364.559	9.003.614	9.364.728	9.003.749
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	1.142.828	976.168	Capital social	26 a	8.500.000	4.500.000	8.500.000	4.500.000
Prêmios a receber de segurados	10	-	-	301.708	152.449	Reservas de lucros		793.395	3.965.562	793.395	3.965.562
Ativos de resseguro	20.3	-	-	13.779	6.718	(-) Ações em tesouraria	26 b	(205.493)	(160.061)	(205.493)	(160.061)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3.1	-	-	926.965	333.053	Reservas de lucros - demais	26 c	998.888	4.125.623	998.888	4.125.623
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	-	-	2.295	2.295	Dividendos adicionais propostos	26 d	261.729	443.298	261.729	443.298
Custos de aquisição diferidos	13	-	-	166.862	73.837	Outros resultados abrangentes		(190.565)	94.754	(190.565)	94.754
Outros ativos	15	113	144	337.971	358.512	Participação dos acionistas não controladores		-	-	169	135
Investimentos											
Participações em controladas	16.1	8.791.869	7.466.342	-	-						
Participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	16.2	-	-	579.447	-						
Outros investimentos		34.982	-	34.982	-						
Propriedades para investimentos		52.434	93.004	103.203	139.695						
Imobilizado	17	-	578	2.158.579	1.650.505						
Intangível	18	-	-	2.378.685	2.156.123						
Ativo de direito de uso	19	-	-	97.840	103.721						
TOTAL DO ATIVO		10.101.095	9.694.872	41.629.238	36.730.202	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.101.095	9.694.872	41.629.238	36.730.202

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receitas					
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	27	-	-	17.712.070	15.804.951
(-) Prêmios de resseguros cedidos	27	-	-	(125.830)	(159.532)
(=) Prêmios e contraprestações, líquidos de resseguro	27	-	-	17.586.240	15.645.419
Receitas de operações de crédito	28	-	-	2.119.399	1.709.262
Receitas de prestação de serviços	29	-	-	1.309.719	1.134.405
Contribuições de planos de previdência		-	-	150.918	151.358
Receita com títulos de capitalização		-	-	59.357	49.858
Outras receitas operacionais	30	-	6.291	387.233	186.963
Equivalência patrimonial	16	1.651.593	1.648.501	(11.232)	-
Total das receitas		1.651.593	1.654.792	21.601.634	18.877.265
Despesas					
Variação das provisões técnicas - seguros		-	-	(1.379.795)	(670.142)
Variação das provisões técnicas - previdência		-	-	(133.179)	(115.700)
(=) Total de variação das provisões técnicas	31	-	-	(1.512.974)	(785.842)
Sinistros retidos bruto	32	-	-	(10.148.761)	(8.221.391)
(-) Recuperações de resseguradoras	32	-	-	100.936	137.204
(-) Recuperações de salvados e ressarcimentos		-	-	1.440.341	976.035
Benefícios de planos de previdência		-	-	(5.004)	(13.110)
(=) Despesas com sinistros e benefícios, líquidas		-	-	(8.612.488)	(7.121.262)
Custos de aquisição - seguros	33	-	-	(3.697.949)	(3.475.487)
Custos de aquisição - outros		-	-	(350.827)	(276.194)
Despesas administrativas	34	(42.826)	(18.594)	(3.601.766)	(3.158.869)
Despesas com tributos	35	(25.643)	(23.122)	(617.409)	(635.720)
Custos dos serviços prestados		-	-	(187.201)	(168.365)
Outras despesas operacionais	36	(13.356)	(12.621)	(1.773.980)	(1.571.370)
Total das despesas		(81.825)	(54.337)	(20.354.594)	(17.193.109)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.569.768	1.600.455	1.247.040	1.684.156
Receitas financeiras	37	153.415	274.116	1.558.792	1.899.844
Despesas financeiras	38	(162.559)	(191.429)	(1.090.081)	(978.772)
		(9.144)	82.687	468.711	921.072
Lucro operacional		1.560.624	1.683.142	1.715.751	2.605.228
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.560.624	1.683.142	1.715.751	2.605.228
Imposto de renda e contribuição social	11.4	(16.375)	5.049	(171.488)	(917.012)
Corrente		(7.745)	-	(761.490)	(992.748)
Diferido		(8.630)	5.049	590.002	75.736
Lucro líquido do exercício		1.544.249	1.688.191	1.544.263	1.688.216
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		1.544.249	1.688.191	1.544.249	1.688.191
- Acionistas não controladores em controladas		-	-	14	25
Lucro por ação:					
- Básico	40	2,39781	2,60202	2,39783	2,60206
- Diluído	40	2,39781	2,60202	2,39783	2,60206

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	1.544.249	1.688.191	1.544.263	1.688.216
Outros resultados abrangentes	(285.319)	(39.728)	(285.319)	(39.728)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	(495.417)	(85.200)	(495.417)	(85.200)
Efeitos tributários	198.167	34.080	198.167	34.080
Ajustes acumulados de conversão em controladas	10.474	2.205	10.474	2.205
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	1.457	9.187	1.457	9.187
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	1.258.930	1.648.463	1.258.944	1.648.488
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	1.258.930	1.648.463	1.258.930	1.648.463
- Acionistas não controladores em controladas	-	-	14	25

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros-demaís	Lucros acumulados					
Saldo final em 31 de dezembro 2019		4.000.000	(19.788)	3.830.145	-	361.418	134.482	8.306.257	146	8.306.403
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	26 c	-	-	-	-	(361.418)	-	(361.418)	-	(361.418)
Aumento de capital	26 a	500.000	-	(500.000)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações de própria emissão	26 b	-	(141.196)	-	-	-	-	(141.196)	-	(141.196)
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	26 e	-	-	6.306	-	-	-	6.306	-	6.306
Ações outorgadas - controladas	26 b / e	-	923	(923)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	-	(51.120)	(51.120)	-	(51.120)
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	-	2.205	2.205	-	2.205
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	-	9.187	9.187	-	9.187
Redução de participações de não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(36)	(36)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.688.191	-	-	1.688.191	25	1.688.216
Destinações:										
Reserva legal	-	-	-	84.410	(84.410)	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	705.685	(705.685)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos/JCP:										
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	26 d	-	-	-	(454.798)	-	-	(454.798)	-	(454.798)
Dividendos adicionais propostos	26 d	-	-	-	(443.298)	443.298	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro 2020		4.500.000	(160.061)	4.125.623	-	443.298	94.754	9.003.614	135	9.003.749
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	26 c	-	-	-	-	(443.298)	-	(443.298)	-	(443.298)
Aumento de capital	26 a	4.000.000	-	(4.000.000)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações de própria emissão	26 b	-	(45.432)	-	-	-	-	(45.432)	-	(45.432)
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	26 e	-	-	13.116	-	-	-	13.116	-	13.116
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	-	(297.250)	(297.250)	-	(297.250)
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	-	10.474	10.474	-	10.474
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	-	1.457	1.457	-	1.457
Aumento de participações de não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	20	20
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.544.249	-	-	1.544.249	14	1.544.263
Destinações:										
Reserva legal	-	-	-	77.212	(77.212)	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	782.937	(782.937)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos/JCP:										
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	26 d	-	-	-	(422.371)	-	-	(422.371)	-	(422.371)
Dividendos adicionais propostos	26 d	-	-	-	(261.729)	261.729	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro 2021		8.500.000	(205.493)	998.888	-	261.729	(190.565)	9.364.559	169	9.364.728

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Caixa líquido atividades operacionais	838.741	(405.228)	2.471.524	1.438.758
Caixa gerado nas operações	(95.455)	52.312	1.731.621	1.931.245
Lucro líquido do exercício	1.544.249	1.688.191	1.544.263	1.688.216
Depreciações - imobilizado	-	-	105.146	103.367
Amortizações	12.622	12.622	125.162	124.519
Resultado de equivalência patrimonial	(1.651.593)	(1.648.501)	(11.232)	-
Resultado na venda de imobilizado	(733)	-	(31.718)	15.143
Variações nos ativos e passivos	940.713	(457.329)	1.396.691	209.823
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	709.346	(330.691)	1.522.270	(886.509)
Aplicações financeiras - demais categorias	178.521	(94.949)	134.704	(378.402)
Prêmios a receber de segurados	-	-	(1.091.477)	(762.266)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(2.356.567)	(1.587.094)
Ativos de resseguro	-	-	12.969	(68.005)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.630	(5.049)	(590.002)	(75.736)
Impostos e contribuições a recuperar	(19.092)	11.885	(88.218)	25.310
Bens à venda	-	-	(100.945)	70.791
Custos de aquisição diferidos	-	-	(387.319)	(135.442)
Outros ativos	(35.558)	(4.136)	(711.579)	(14.701)
Operações de arrendamentos	-	-	2.023	6.704
Passivos de contratos de seguros e de previdência complementar	-	-	814.630	1.043.301
Débitos de operações de seguros e resseguros	-	-	113.629	103.789
Passivos financeiros	80.342	-	3.403.505	2.214.681
Instrumentos financeiros derivativos	(852)	(663)	(18.165)	13.630
Impostos e contribuições a recolher	5.119	660	502.510	655.411
Provisões	-	-	38.000	(29.270)
Outros passivos	14.257	(34.386)	196.723	13.631
Outros	(6.517)	(211)	(656.788)	(702.310)
Outros resultados abrangentes	-	-	(285.320)	(39.729)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	20	(36)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.517)	(211)	(371.488)	(662.545)
Caixa líquido atividades de investimento	(32.790)	1.168.264	(929.224)	(448.563)
Alienação de imobilizado e intangível	1.311	-	198.086	191.396
Aquisição de imobilizado	-	-	(776.798)	(369.737)
Aquisição de intangível	-	-	(350.512)	(270.222)
Caixa líquido atividades de financiamento	(892.169)	(830.711)	(1.057.347)	(967.577)
Recompras - ações em tesouraria	(45.432)	(141.196)	(45.432)	(141.196)
Juros sobre captação de recursos pagos	(2.671)	-	(167.849)	(136.866)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(844.066)	(689.515)	(844.066)	(689.515)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(86.218)	(67.675)	484.953	22.618
Saldo inicial de caixa e equivalentes	146.714	214.389	915.881	893.263
Saldo final de caixa e equivalentes	60.496	146.714	1.400.834	915.881

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receitas	-	6.291	21.238.820	18.906.611
Receitas com prêmios emitidos	-	-	17.712.070	15.804.951
Receitas com operações de crédito	-	-	2.119.399	1.709.262
Prestação de serviços	-	-	1.368.109	1.186.119
Receitas com operações de previdência complementar	-	-	150.918	151.358
Outras	-	6.291	422.517	210.673
Provisão para perda de crédito	-	-	(534.193)	(155.752)
Variações das provisões técnicas	-	-	(1.512.974)	(785.842)
Operações de seguros	-	-	(1.379.795)	(670.142)
Operações de previdência	-	-	(133.179)	(115.700)
Receita líquida operacional	-	6.291	19.725.846	18.120.769
Benefícios e sinistros	-	-	(8.611.244)	(7.138.248)
Sinistros líquidos	-	-	(8.607.484)	(7.108.152)
Despesas com benefícios	-	-	(5.004)	(13.110)
Provisão para redução ao valor recuperável (salvados)	-	-	1.244	(16.986)
Insumos adquiridos de terceiros	(9.308)	(3.329)	(6.779.715)	(6.498.460)
Materiais, energia e outros	(2.891)	(2.030)	(1.417.616)	(1.660.498)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/ vendidos)	-	-	(187.201)	(168.365)
Serviços de terceiros e comissões	(5.684)	(1.299)	(5.412.229)	(4.761.129)
Variação das despesas de comercialização diferidas	-	-	224.766	88.911
(Perda)/recuperação de valores ativos	(733)	-	12.565	2.621
Valor adicionado bruto	(9.308)	2.962	4.334.887	4.484.061
Depreciação e amortização	(12.622)	(12.622)	(170.333)	(227.886)
Valor adicionado líquido produzido	(21.930)	(9.660)	4.164.554	4.256.175
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	1.649.322	1.733.195	536.790	937.270
Receitas financeiras	153.415	274.116	1.558.792	1.899.844
Resultado de equivalência patrimonial	1.651.593	1.648.501	(11.232)	-
Outras	(155.686)	(189.422)	(1.010.770)	(962.574)
Valor adicionado total a distribuir	1.627.392	1.723.535	4.701.344	5.193.445
Distribuição do valor adicionado	1.627.392	1.723.535	4.701.344	5.193.445
Pessoal	13.787	14.460	1.872.429	1.668.274
Remuneração direta	4.507	3.906	1.074.462	978.712
Benefícios	9.280	10.554	724.346	621.473
F.G.T.S	-	-	73.621	68.089
Impostos, taxas e contribuições	62.482	18.877	1.214.748	1.829.090
Federais	62.482	18.877	1.132.101	1.758.160
Estaduais	-	-	1.401	665
Municipais	-	-	81.246	70.265
Remuneração de capitais de terceiros	6.874	2.007	69.904	7.865
Juros	6.874	2.007	71.450	13.743
Aluguéis	-	-	(1.546)	(5.878)
Remuneração de capitais próprios	1.544.249	1.688.191	1.544.263	1.688.216
Juros sobre o capital próprio	398.662	372.382	398.662	372.382
Dividendos	428.063	525.714	428.063	525.714
Lucros retidos do período	717.524	790.095	717.524	790.095
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	14	25

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A Porto Seguro S.A. (“Controladora”) é uma sociedade de capital aberto com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 – Torre B (“Edifício Rosa Garfinkel”) – 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Seu objeto é a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras (denominadas em conjunto com a Porto S.A. “Porto Seguro” ou “Companhia”), que podem explorar atividades: de seguros em todos os ramos; de instituições financeiras, equiparadas e administração de consórcios; e atividades conexas, correlatas ou complementares às demais descritas anteriormente.

A seguir, estão descritas as empresas controladas e que são consolidadas:

- **Seguros, previdência complementar e capitalização:**

- (i) Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (“Porto Cia”), opera seguros de danos e de pessoas.
- (ii) Porto Seguro Vida e Previdência S.A. (“Porto Vida e Previdência”), opera seguros de pessoas e planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda.
- (iii) Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. (“Porto Seguro Uruguai”), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai.
- (iv) Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. (“Porto Saúde”), opera seguro saúde.
- (v) Azul Companhia de Seguros Gerais (“Azul Seguros”), opera seguros de danos e de pessoas.
- (vi) Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. (“Itaú Auto e Residência”), opera seguros de danos.
- (vii) Porto Seguro Capitalização S.A. (“Porto Capitalização”), administra e comercializa títulos de capitalização.

- **Financeiras e consórcio:**

- (viii) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. (“Porto Consórcio”), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
- (ix) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Portoseg”), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.
- (x) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Portopar”), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.

- **Serviços e comércio:**

- (xi) Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. (“Proteção e Monitoramento”), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.

- (xii) Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. (“Renova”), comercializa e distribui peças automotivas.
- (xiii) Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. (“Renova Peças Novas”), comercializa e distribui peças automotivas novas.
- (xiv) Crediporto Promotora de Serviços Ltda. (“Crediporto”), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.
- (xv) Franco Corretagem de Seguros Ltda. (“Franco”), presta serviços técnicos de corretagem de seguros.
- (xvi) Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. (“Serviços Médicos”), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
- (xvii) Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. (“Portomed”), opera planos privados de assistência à saúde.
- (xviii) Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. (“Porto Odonto”), operará planos privados de assistência odontológica.
- (xix) Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. (“Porto Serviços e Comércio”), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros.
- (xx) Porto Seguro Atendimento Ltda. (“Porto Atendimento”), presta serviços de “telemarketing” e atendimento em geral.
- (xxi) Porto Seguro Telecomunicações Ltda. (“Porto Conecta”), presta serviços de telecomunicações.
- (xxii) Porto Servicios S.A. (“Porto Serviços Uruguai”), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai.
- (xxiii) Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. (“Porto Seguro Saúde Ocupacional”), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.
- (xxiv) Porto Seguro Investimentos Ltda. (“Porto Investimentos”), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros.
- (xxv) Mobitech Locadora de Veículos S.A. (“Mobitech”), tem por atividades modelos de assinatura de veículos, gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos. Sua denominação social anterior era Porto Seguro Locadora de Veículos S.A. (“Porto Locadora”), alterada conforme AGE de 08 de outubro de 2021. Vide nota nº 41.1(a).

Não houve durante o período alteração na relação de empresas controladas e que são consolidadas, exceto pelo acordo e troca de ações da Porto.Pet, vide nota explicativa nº 1.2.

Os percentuais de participações estão demonstrados na nota explicativa nº 16.1.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES – COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Porto Seguro S.A. segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia do Covid-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia, e destacamos os principais efeitos nos negócios do Grupo em 2021 comparados ao mesmo período de 2020:

Operação de seguros:

No segmento de Automóveis, os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R\$ 10.841,4 milhões, aumento de R\$ 1.125,4 milhões ou 11,6% sobre os R\$ 9.716,0 milhões no mesmo período de 2020. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 53,2%, um aumento de 6,3 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior, em razão do menor impacto da pandemia sobre a mobilidade da população. O seguro de Automóveis voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos, e a Companhia segue focada no lançamento de produtos mais acessíveis e processos de vendas mais simples, que permitam aumentar a competitividade.

Nas operações de Saúde, os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R\$ 2.198,4 milhões, aumento de R\$ 309,6 milhões ou 16,4% sobre os R\$ 1.888,8 milhões no mesmo período de 2020. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 79,2%, aumento de 7,2 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente pela retomada dos eventos eletivos e pelas interações do Covid-19.

No segmento Vida (Pessoas), os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R\$ 1.047,5 milhões, aumento de R\$ 118,9 milhões ou 12,8% sobre os R\$ 928,5 milhões no mesmo período de 2020. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 49,0%, aumento de 11,3 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe mencionar que dada as circunstâncias de calamidade e dificuldade de realização de diagnósticos precisos, a Companhia vem indenizando os casos relacionados e diagnosticados ao Covid-19 neste segmento.

No segmento de Riscos Financeiros (principalmente carteira Fiança), os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R\$ 763,5 milhões, aumento de R\$ 97,0 milhões ou 14,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o período em 34,4%, redução de 11,2 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente pelo aperfeiçoamento do modelo de subscrição de riscos, que foi intensificado com o uso de big data e “machine learning”, adequação na precificação, após o início da pandemia em 2020.

Negócios financeiros e serviços:

A carteira de operações de cartão de crédito e CDC cresceu 32,9% no ano de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior. A representatividade total da provisão sobre a carteira aumentou, sendo 10,11% no ano de 2021, contra 7,29% no mesmo período do ano anterior.

Nos demais produtos e nas demais linhas das demonstrações financeiras não registramos até o fechamento anual oscilações significativas em termos de resultado e saldos patrimoniais.

Cabe destacar que subsequentemente à data base, a Companhia continua monitorando diariamente os reflexos e impactos nos negócios relacionados ao Covid-19 e até a data da aprovação das demonstrações

financeiras, os movimentos observados nas operações de seguros, negócios financeiros e serviços são semelhantes aos reportados acima.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de “home office” para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

Quanto às iniciativas visando o bem estar social, destacamos o programa Meu Porto Seguro, que teve por objetivo oferecer mais de 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, que já estavam desempregadas ou em busca do primeiro emprego em todo o território nacional. O Programa teve início em julho de 2020 e foi encerrado em abril de 2021, nesse período foram contratados 10 mil profissionais.

Ressaltamos a confiança na solidez do balanço financeiro da Companhia e na qualidade e experiência de seus executivos e gestores para enfrentar a atual situação, com a certeza de que, ao fim desse período, estaremos ainda mais sólidos e mais bem posicionados para continuar expandindo nossos negócios e entregando bons resultados financeiros e operacionais.

1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES – ACORDO E TROCA DE AÇÕES PETLOVE

Conforme comunicados ao mercado ocorridos em 16 de abril e 28 de junho de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Porto Seguro Serviços e Comércio S.A (“Porto Serviços”), se aliou à PetLove Cayman Ltd. (“Petlove”) e passou a deter 13,5% de participação da empresa Petlove. Em contrapartida, a Porto Serviços transferiu o controle (100% das ações) da Porto Pet Administração de Planos de Saúde Animal S.A (“Porto.Pet”) – nova razão social para Health For Pet Administradora de Planos de Saúde para Animais de Estimação S.A. (“Health For Pet”). Este acordo ainda prevê a autorização do uso das marcas Porto Seguro e Porto.Pet no Brasil e a divulgação dos planos de saúde para animais oferecidos pela Porto.Pet nos canais de distribuição da Porto Seguro, dentre eles, a distribuição de materiais publicitários aos corretores.

Abaixo divulgamos um resumo demonstrativo dos reconhecimentos contábeis na data do fechamento da operação.

Ativo

Investimentos

Saldo contábil antes do "closing"	5.282
Baixa contábil (Porto Pet)	(5.282)
Valor justo (13,5% de participação Petlove) (i)	236.541
Marcas (Porto Seguro e Porto Pet) e Canal de divulgação (i)	124.953
Ganho não realizado (ii)	<u>(16.869)</u>
Total do ativo	<u>344.625</u>

Passivo

Outros passivos

Receitas a diferir (iii)	108.084
Imposto de renda e contribuição social	<u>78.628</u>
Total do passivo	<u>186.712</u>

Demonstração de resultado

Ganho bruto no resultado do período	231.259
(-) Imposto de renda e contribuição social	<u>(78.628)</u>
Efeito líquido no resultado do período	<u>152.631</u>

(i) Cálculo baseado na soma dos fluxos de caixa livre descontados a taxa de (12,02% a.a para a empresa Petlove e 14,98% a.a para as demais empresas do consolidado Petlove Cayman, sendo elas, Pet Insurance, Vet Smart e Dog Hero).

(ii) Refere-se à eliminação do ganho não realizado equivalente a participação de 13,5% mantida pela Porto Seguro.

(iii) Receita das marcas e canal de distribuição que serão diferidas ao longo do prazo dos contratos.

Dado as características da transação, onde observa-se a perda de controle da Porto.Pet em troca da aquisição de participação minoritária (sem controle) na Petlove Cayman, o reconhecimento contábil inicial dessa operação seguiu as orientações do IFRS 10 (CPC 36 – Demonstrações Consolidadas), onde determina que quando existir a perda de controle da controlada, a controladora deve: i) baixar os ativos contábeis (incluindo qualquer ágio) pelo valor contábil na data em que o controle foi perdido, ii) deve reconhecer o valor justo da contrapartida/ participação recebida, proveniente da transação que resultaram na perda de controle e iii) reconhecer a diferença resultante como perda ou ganho no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia cedeu o direito de uso de forma gratuita e com cláusulas de rescisão com e sem justa causa, sendo que a vigência do direito de uso será nas marcas Porto.Pet por 25 anos e Porto Seguro por 10 anos, além do canal de distribuição Porto Seguro por 5 anos. No reconhecimento dessas cessões de uso, a Companhia seguiu as orientações do IFRS 15 (CPC 47 – Receita de contrato com cliente), e reconhecerá a receita ao longo da vigência dos contratos.

1.3 OUTRAS INFORMAÇÕES – AQUISIÇÃO CONTROLE CONJUNTO CONECTCAR

Em 01 de outubro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Portoseg S.A – Crédito, Financiamento e Investimento (“Portoseg”), informa que, diante do cumprimento das condições contratuais e das aprovações regulatórias, concluiu a aquisição de 50% das ações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”), que eram de titularidade do Grupo Ultra. O valor da operação foi de R\$ 165.000, liquidados financeiramente em 01 de outubro de 2021. Em dezembro de 2021 apurou-se ajuste de preço da operação, no montante de R\$ 6.538, devolvidos para a Portoseg. Desta forma, o efeito líquido da operação totalizou R\$ 158.462.

As devidas aberturas dos ativos adquiridos serão efetuadas ao longo dos próximos meses, com base em estudo técnico que suporte o registro contábil, PPA (“Purchase Price Allocation”) que está em fase de elaboração.

1.4 BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS – LEI DO BEM

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e aceitação por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2012 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Companhia reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R\$ 124.643, sendo: (i) reversão da totalidade do provisionamento dos saldos relacionados ao IFRIC23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, no montante de R\$ 15.569 em 2016 e R\$ 21.310 em 2017 e (ii) benefícios tributários referente as despesas dos projetos incorridas nos montantes de R\$ 20.086 em 2018, R\$ 25.635 em 2019 e R\$ 42.043 em 2020. Em complemento, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 43.468 referente ao exercício corrente de 2021.

1.5 INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS (DEPÓSITOS JUDICIAIS)

A Companhia efetuou a reversão do passivo diferido de IR e CS, no valor de R\$ 272.861, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16/12/2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

1.6 CRIAÇÃO DE “JOINT VENTURE” – PORTO SEGURO E COSAN

Em 08 de novembro de 2021 a Companhia, por meio de sua controlada Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. (“Porto Serviços”), celebrou um Acordo de Associação de Investimento com a Cosan Oito S.A. (“Cosan Oito”) subsidiária da Cosan S.A. (“Cosan”), para a constituição da “joint venture” que atuará em soluções de mobilidade (“Mobitech”), dentre os serviços a serem oferecidos estão: modelos de assinatura de veículos, gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos.

A formalização da parceria e o fechamento da operação dependem do cumprimento de condições usuais para transações desta natureza, incluindo a obtenção de autorização pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), a qual tornou-se final e definitiva em 07 de janeiro de 2022, após o decurso do prazo de 15 dias contado da publicação da referida decisão no Diário Oficial da União, em 22 de dezembro de 2021, sem que tenham sido interpostos recursos de terceiros ou que tenha havido avocação pelo Tribunal do CADE.

Considerando que a operação não foi finalizada até a data base das demonstrações financeiras, prevista para o mês de fevereiro de 2022, os correspondentes registros contábeis ocorrerão nos próximos meses, em linha com PPA (Purchase Price Allocation) que está em fase de elaboração.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas principais políticas contábeis da Companhia.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos (“impairment”), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 4 de fevereiro de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro: “International Financial Reporting Standards” (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).

2.1.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: “International Financial Reporting Standards” (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.3 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

- IFRS 17 – Contrato de Seguros: a norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração (“BBA – Business Block Approach”); (ii) modelo de taxa variável (“VFA – Variable Fee Approach”); (iii) abordagem de alocação de prêmio (“PPA - Premium Allocation Approach”). Os modelos “i” e “ii” são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo “iii” é um modelo simplificado, similar aos modelos atuais de contabilização de contratos de seguros, aplicável para contratos não onerosos e de até 12 meses. A norma passa a vigorar em 1 de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação e espera impactos de baixos a moderados na mensuração de seus contratos, uma vez que parte substancial de seu portfólio é composto por seguros de curto prazo, por isso elegíveis para o modelo simplificado. Já na apresentação de suas demonstrações financeiras é esperado impacto relevante com a adoção de novos formatos, novos agrupamentos e nomenclaturas. Contudo, tais impactos até o momento não podem ser precisamente dimensionados.

2.1.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”.

2.2 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir. Neste sentido, todas as sociedades apresentadas na nota explicativa nº 1 são controladas (diretas ou indiretas) e são consolidadas nas demonstrações financeiras da Porto Seguro.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para garantir a consistência na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRSs e os CPCs.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, alocação de recursos e responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Porto Seguro. O detalhamento e as divulgações de segmentos estão apresentados na nota explicativa nº 6.

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cujas moedas funcionais são o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Porto Seguro determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9 / CPC 48 que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ – somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

(iii) CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.9.1).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

2.7.1 DERIVATIVOS EMBUTIDOS

A Companhia, através de suas controladas, emite contratos de previdência complementar em que os participantes têm garantia de taxas de juros e opções de resgate de sua reserva. Essas garantias atendem à definição de um derivativo embutido, entretanto, é utilizada a isenção prevista na IFRS 4 - Contratos de Seguro, na qual, caso o derivativo embutido atenda à definição de um contrato de seguro por si só, não é efetuada a separação do derivativo embutido neste contrato. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 2.17.2, essas garantias embutidas são consideradas no Teste de Adequação do Passivo (TAP), pois modificam os fluxos de caixa estimados dos contratos.

2.7.2 INSTRUMENTOS DE “HEDGE”

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) “swaps”, que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; e (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício (em “Resultado financeiro”), simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do “hedge” com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 14. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº 4.3 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de “hedge”, sendo demonstrada de forma líquida.

2.8 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.9.1). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

2.9 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

2.9.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada para prêmios a receber considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos, CDC e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:

- Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);
- Estágio 2: significativa deterioração na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de “impairment”;
- Estágio 3: evidência objetiva de “impairment” na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

2.9.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como instrumento financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.9.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

2.10 BENS À VENDA

A Companhia, através de suas controladas, detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, veículos oriundos dos encerramentos dos contratos de locações e bens retomados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável.

2.11 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.12 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) “SOFTWARES”

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA - COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

O ágio contabilizado na aquisição de empresas representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios.

A Porto Seguro detém o direito de uso da marca “Itaú Seguros de Auto e Residência”, registrada em uma combinação de negócio e reconhecida pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuros desta marca para a Companhia (baseado em pesquisa de mercado), avaliada segundo o método do fluxo de dividendos descontados.

Anualmente, o ágio e o direito de uso da marca “Itaú Seguros de Auto e Residência” são testados com o intuito de avaliar a necessidade de “impairment”. Esse teste consiste em projetar com base em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo.

Para o período corrente, não foi identificado necessidade de provisionamento. Quaisquer perdas contabilizadas não são revertidas.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA - COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 18.

2.13 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

2.14 ATIVO DE DIREITO DE USO – CONSOLIDADO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.21), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

2.15 PROPRIEDADES IMÓBILIARIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do período.

2.16 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO – CLASSIFICAÇÃO

A Porto Seguro emite diversos tipos de contratos de seguros gerais e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários próprios para a prestação dos serviços, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados

como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Nos contratos de seguro-saúde o segurado (exclusivamente pessoas jurídicas) tem a opção de cancelamento do contrato com aviso prévio de 60 dias para contratos de vigência mínima de 12 meses, sem obrigação de pagamento dos valores de sinistralidade devidos, perfazendo, assim, um cenário provável e com substância comercial de retenção de risco significativo de seguro.

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significativo. Os títulos de capitalização emitidos pela Porto Seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9.

2.17 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

2.17.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes da IFRS 4 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se às regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de ativos financeiros classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

- (a)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.
- (b)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
- (c)** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – administrativa e judicial – é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão IBNeR, com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no

desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

- (d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A provisão de IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina Resolução do CNSP e informações da Seguradora Líder do Consórcio.
- (e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.
- (f) A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) do ramo de seguro-saúde é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão (falecimento do segurado titular com manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios) e é calculada com base no valor presente das respectivas despesas esperadas.
- (g) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.
- (h) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) do ramo de previdência é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.
- (i) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.17.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou “Liability Adequacy Test” - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios da IFRS 4 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando premissas realistas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios do período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Conseqüentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, conseqüentemente, na execução do TAP.

Para os produtos de previdência complementar, a Porto Seguro elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, como níveis de permanência dos participantes, taxas de conversão em renda, retorno dos ativos garantidos aos participantes durante as fases de acumulação e concessão de benefício (excedente financeiro), opções de taxas de juros garantidos ou ganhos realizados de ativos acima da remuneração dos índices garantidos em contrato e opções de resgate.

2.18 PASSIVOS FINANCEIROS

2.18.1 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito e financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subseqüentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida são avaliadas com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.18.2 PASSIVOS DE PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em NTAs, descritas resumidamente a seguir:

- (a) A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.
- (b) As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).
- (c) A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado “pro rata” entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

2.19 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina os planos de previdência privada Portoprev, que são classificados como plano de contribuição definida e plano de contribuição variável. Também são oferecidos benefícios pós-emprego de seguro-saúde e benefícios calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

2.20 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito,

têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Quando existem depósitos judiciais diretamente vinculados às provisões para processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, essas provisões são apresentadas líquidas dos respectivos depósitos. Os demais depósitos judiciais são apresentados no ativo. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente.

2.21 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

2.22 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.23 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.23.1 PRÊMIOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.17.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.23.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

2.23.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita de juros sobre os empréstimos e financiamentos concedidos permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo (migração para o estágio 3 – vide nota explicativa nº 2.9.1) a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado.

2.23.4 RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado “pro rata temporis” de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 2.18.2 (c)).

2.23.5 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE BENS

As receitas de prestação de serviços, comercialização de equipamentos e de taxas de administração de consórcio de bens compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Porto Seguro. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.23.6 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.24 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Companhia emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

2.25 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras e financeiras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras. Para as demais empresas da Porto Seguro e para a Controladora, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos à continuidade de seus negócios (exceto para a operação da Porto Conecta, que está em processo de encerramento operacional de suas atividades), uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de

decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. As provisões de sinistros a liquidar, IBNeR e IBNR também são estabelecidas mediante a utilização de julgamentos e estimativas pela administração. O valor total dos passivos consolidados de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 16.429.705.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito no item 2.9.1.

O valor total consolidado dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, empréstimos e recebíveis), em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 32.642.237 para os quais existem R\$ 1.233.865 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios da IAS 37 / CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total consolidado das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 152.937, líquidas de depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas

internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (vide nota explicativa nº 11.3.3). O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 1.294.814.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Porto Seguro está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

No exercício de 2021, comparado ao ano anterior, não houve mudança relevante no perfil de risco: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes estando alinhadas ao apetite por risco e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

Vale destacar que em decorrência da pandemia da Covid-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (a) **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 75,5% (73,9% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de “rating” “AA” e “A” de créditos privados.

A tabela a seguir demonstra a concentração do portfólio de investimentos da Companhia por tipo de contraparte:

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Risco soberano - Brasil	82,2%	73,9%
Instituições financeiras	3,1%	2,5%
Empresas elétricas e de telecomunicações	1,2%	1,4%
Outros	13,5%	22,2%

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada (“impared”). Do total da exposição máxima ao risco de crédito, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, 98,0% referem-se a exposições no Brasil e o restante no Uruguai.

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto a Porto Seguro, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos dos prêmios a receber da Companhia, através de suas controladas:

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Não vencidos	5.554.815	4.584.772
Vencidos de 1 a 30	240.400	156.998
Vencidos de 31 a 60	46.886	34.183
Vencidos de 61 a 90	14.532	8.994
Vencidos de 91 a 180	16.147	8.147
Vencidos acima de 180	15.674	9.858
Provisão para risco de crédito	(36.185)	(42.160)
	<u>5.852.269</u>	<u>4.760.792</u>
Circulante	5.550.561	4.608.343
Não circulante	301.708	152.449

(c) Inadimplência nas operações de crédito: é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações.

A tabela a seguir apresenta os ativos classificados por “aging”:

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
A vencer		
Até 30 dias	7.161.950	5.600.758
De 31 a 60 dias	21.154	8.471
Mais de 60 dias	2.540	1.015
Vencidos		
De 1 a 30	2.852.600	2.328.295
De 31 a 60	217.311	105.879
De 61 a 90	276.773	117.895
De 91 a 180	546.084	264.832
Acima de 180	630.242	383.670
Provisão para risco de crédito	(1.183.343)	(642.071)
	<u>10.525.311</u>	<u>8.168.744</u>
Garantias vinculadas às operações de crédito	2.158.133	1.798.485
Tipo de contraparte		
Pessoas físicas	88,6%	85,3%
Pessoas jurídicas	11,4%	14,7%

Dada a característica predominantemente de varejo da carteira de operações de créditos da Companhia, não há saldos individualmente significativos classificados como “impaired” (deteriorados).

- (d) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em “ratings” de agências externas, considerando “A” como mínimo para cessão do risco. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição em resseguros a receber totalizava R\$ 67.381 (R\$ 58.515 em 31 de dezembro de 2020).

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa, obrigações futuras e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de “stress”); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Porto Seguro está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	1.905.627	25.853	1.702.345	23.390
Fluxo de 1 a 30 dias	11.109.750	3.183.270	8.505.762	3.057.660
Fluxo de 2 a 6 meses	3.973.321	8.090.837	3.340.806	6.200.983
Fluxo de 7 a 12 meses	1.610.350	4.581.669	1.194.935	4.094.653
Fluxo acima de 1 ano	13.965.207	17.502.552	13.268.929	13.585.850
Total	32.564.255	33.384.181	28.012.777	26.962.536

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes) e operação com resseguradoras. Do total de ativos financeiros em dezembro de 2021, R\$ 5.689.730 (R\$ 5.314.586 em dezembro de 2020) referem-se a ativos vinculados aos planos de previdência complementar (ativos de terceiros).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e os passivos financeiros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Inflação (IPCA/IGPM)	47,0%	45,6%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	23,5%	37,3%
Prefixados	19,9%	8,4%
Ações	5,1%	5,4%
Outros	4,5%	3,3%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de “tracking error” e “Benchmark-VaR”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, nos termos das Instrução CVM nº 475/08 e posteriores:

Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
Índices de preços	+ 50 b.p.	(751.557)
	+ 25 b.p.	(406.882)
	+ 10 b.p.	(171.364)
	- 10 b.p.	171.364
	- 25 b.p.	406.882
	- 50 b.p.	751.557
Juros prefixados	+ 50 b.p.	(424.081)
	+ 25 b.p.	(227.821)
	+ 10 b.p.	(103.591)
	- 10 b.p.	103.591
	- 25 b.p.	227.821
	- 50 b.p.	424.081
Ações	± 34%	183.510
	± 17%	91.755
	± 9%	45.878
Juros pós-fixados	± 50 b.p.	14.046
	± 25 b.p.	11.790
	± 10 b.p.	9.432

(*) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário possível de “stress” para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos conforme demonstrados na nota explicativa nº 14. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” das operações.

4.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Porto Seguro emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

- (a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.
- (b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.17.2).
- (c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.
- (d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Porto Seguro, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.17.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional e no Uruguai, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas.

Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Região Sudeste	65,2%	64,8%
Região Sul	12,8%	14,6%
Região Nordeste	11,3%	10,3%
Região Centro-Oeste	6,4%	6,0%
Uruguai	2,5%	1,9%
Região Norte	1,9%	2,4%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(219.545)	(364.128)
Sinistros - aumento de 50,0%	256.238	(59.879)

4.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

	Dezembro de 2021			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outros
Transportes	76,4%	8,4%	2,5%	12,8%
Fiança locatícia	62,2%	15,6%	11,8%	10,4%
Residencial	56,5%	11,7%	15,8%	16,0%
Empresarial	52,1%	15,4%	7,7%	24,9%
Outros riscos	68,2%	9,7%	5,3%	16,9%

	Dezembro de 2020			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outros
Transportes	61,9%	4,2%	14,9%	19,0%
Fiança locatícia	62,6%	11,3%	16,4%	9,7%
Residencial	46,4%	21,4%	0,1%	32,1%
Empresarial	51,1%	5,2%	14,4%	29,3%
Outros riscos	47,8%	5,1%	16,2%	30,9%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(25.563)	(81.854)
Sinistros - aumento de 50,0%	178.183	103.910

4.4.3 SAÚDE

A Companhia atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(15.899)	(7.653)
Sinistros - aumento de 50,0%	(20.434)	(8.227)

4.4.4 SEGURO DE VIDA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

- **Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva**

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

- **Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar**

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

- **Plano de previdência complementar tradicional**

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 4.953 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 807.725. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios. Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (“Asset Liability Management” - ALM).

As tabelas a seguir apresentam as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

- Vida sem cobertura por sobrevivência:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	20.216	(1.730)
Sinistros - aumento de 50,0%	84.095	46.618

- Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(121)	(120)
ETTJ-SUSEP - aumento de 5,0%	8.382	5.534

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Porto

Seguro, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para as empresas financeiras da Companhia, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Porto Seguro possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital.

Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Superintendência Financeira, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP, SUSEP, ANS, BACEN e BCU (Banco Central do Uruguai). Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. A tabela a seguir demonstra as parcelas das necessidades de capital da Companhia:

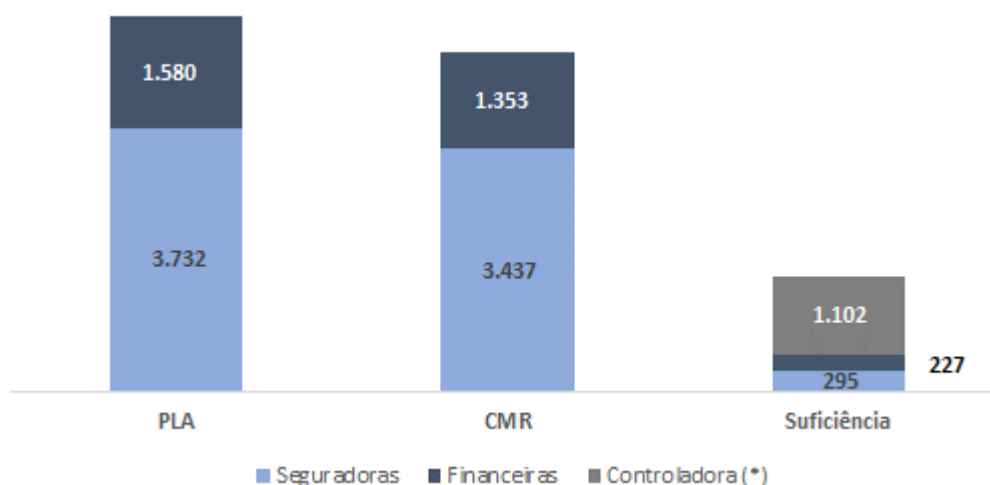
Seguros	
Capital de risco de subscrição	2.551.328
Capital de risco de crédito	163.246
Capital de risco de mercado	588.348
Capital de risco operacional	97.282
Benefício da diversificação de riscos	(369.580)
Capital requerido - seguros (i)	3.030.624
Capital requerido - financeiras (ii)	1.353.346
Margem de solvência (iii)	406.182

(i) Os valores apresentados para as seguradoras representam a soma linear de cada parcela de capital de risco das empresas reguladas pela SUSEP, uma vez que não existe na regulamentação brasileira o conceito de necessidades e capital consolidado por grupo econômico.

(ii) Calculado com base no "Conglomerado Prudencial" da Portoseg, Porto Consórcio e Portopar.

(iii) Representa a necessidade de capital das empresas reguladas pela ANS e da Porto Seguro Uruguai.

A figura a seguir apresenta o Capital Mínimo Requerido (CMR), o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e as suficiências de capital, em 31 de dezembro de 2021 (em R\$ milhões):



(*) A Controladora não possui CMR, desta forma, o valor de suficiência apresentado para a ela representa o montante de liquidez disponível nesta. Além dos montantes disponíveis na Controladora, a Administração pode, conforme a estratégia de otimização de capitais, realocar as suficiências de capitais entre as empresas do grupo a fim de manter níveis adequados de capital entre as empresas.

Os níveis de capital estão além do patamar exigido, o que provê conforto para adequação a possíveis alterações regulatórias e exigências de capital.

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade do capital regulatório em 31 de dezembro de 2021 das seguradoras e operadora de saúde face variações nas premissas de cálculo que são mais relevantes ao grupo, demonstrando os impactos nas parcelas de riscos:

Premissas	Impacto
Risco de subscrição	
Aumento de 2 p.p. na sinistralidade e crescimento de 15% dos prêmios emitidos	15,8%
Aumento nas provisões técnicas de previdência	4,5%
Risco de crédito	
Aumento das exposições ao risco de crédito	37,0%
Risco operacional	
Aumento do prêmio ganho ou provisão técnica	6,5%
Risco de mercado	
Exposição de 100% do capital de risco de mercado	4,8%
Margem de solvência	
Aumento dos prêmios emitidos e sinistros retidos conforme crescimento do último exercício	14,7%

Segue abaixo a análise de sensibilidade do capital regulatório da carteira de crédito da Portoseg, em virtude da alta representatividade desta em relação ao total do Conglomerado Prudencial face cenários de mudança na inadimplência:

Cenário	<u>Índice de Basileia</u>
Inadimplência atual	11,6%
Incremento de 20% na inadimplência da carteira	11,3%
Incremento de 50% na inadimplência da carteira	10,0%
Como consequência da inadimplência no Sistema Financeiro Nacional	5,8%

6. SEGMENTOS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

A Porto Seguro oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais e designou os segmentos a seguir conforme critérios qualitativos e quantitativos, considerando-se as similaridades entre os serviços e produtos oferecidos, para determinação de segmentos reportáveis:

- Seguros de automóveis: compreendem os prêmios de seguros de automóveis emitidos pela Porto Cia e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro.
- Seguros e planos de saúde: compreendem os prêmios de seguros-saúde e odontológico emitidos pela Porto Saúde, líquidos de cancelamentos e restituições, e as contraprestações líquidas dos planos de saúde comercializados pela Portomed.
- Seguros de pessoas e previdência complementar: compreendem (i) os prêmios de seguros de pessoas emitidos pela Porto Cia e Porto Vida, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, e (ii) as receitas com taxas de gestão e das contribuições efetuadas mensalmente pelos participantes de planos de previdência operados pela Porto Vida.
- Seguros – demais ramos: compreendem os prêmios de seguros de danos (exceto automóvel) emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, além dos seguros emitidos no Uruguai, pela Porto Seguro Uruguai.
- Financeiras e consórcio de bens: compreendem (a) as receitas com taxas de administração de grupos de consórcios operados pela Porto Consórcio; (b) as receitas da Portoseg de operações de crédito compostas pelos juros cobrados nos empréstimos, financiamentos e com cartão de crédito na utilização do crédito rotativo ou parcelamento da fatura e (c) as receitas de administração de fundos de investimentos e gestão de ativos financeiros da Portopar e Porto Investimentos.
- Outros: compreendem, principalmente, as receitas de prestação de serviços de todas as demais empresas da Companhia (inclusive as receitas de serviços prestados no Uruguai pela Porto Serviços Uruguai) e as receitas com títulos de capitalização.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O “Lucro

líquido/(Prejuízo)” é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

Do total das receitas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, 98,0% foram provenientes do Brasil e o restante, do Uruguai. Não há na Porto Seguro concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

	Seguros de automóveis	Seguros e planos de saúde	Seguros de pessoas e previdência complementar	Seguros - demais ramos	Financeiras e consórcios de bens	Outros	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	10.841.384	2.198.358	1.315.569	3.356.759	-	-	17.712.070	15.804.951
Variação das provisões técnicas de seguros e prêmios de resseguros cedidos	(601.820)	(1.845)	(342.915)	(559.045)	-	-	(1.505.625)	(829.674)
Prêmio ganho	10.239.564	2.196.513	972.654	2.797.714	-	-	16.206.445	14.975.277
Receitas de operações de crédito	-	-	-	-	2.119.399	-	2.119.399	1.638.920
Receita de prestação de serviços	-	-	-	-	559.014	750.705	1.309.719	1.134.405
Contribuição de plano de previdência	-	-	150.918	-	-	-	150.918	151.358
Receita com títulos de capitalização	-	-	-	-	-	59.357	59.357	49.858
Sinistros retidos e benefícios de previdência complementar - líquidos (i)	(5.443.429)	(1.739.877)	(484.329)	(944.853)	-	-	(8.612.488)	(7.121.262)
Custos de aquisição	(2.424.193)	(175.216)	(329.492)	(774.837)	(258.901)	(86.137)	(4.048.776)	(3.751.681)
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-	-	(187.201)	(187.201)	(168.365)
Variação das provisões técnicas de previdência	-	-	(133.179)	-	-	-	(133.179)	(115.700)
Outras receitas/(despesas)	(1.772.936)	(232.348)	(199.449)	(1.083.666)	(1.968.835)	(359.920)	(5.617.154)	(5.108.654)
Resultado operacional	599.006	49.072	(22.877)	(5.642)	450.677	176.804	1.247.040	1.684.156
Resultado financeiro	185.779	47.666	(149.355)	346.977	44.792	(7.148)	468.711	921.072
Resultado antes dos impostos	784.785	96.738	(172.232)	341.335	495.469	169.656	1.715.751	2.605.228
Imposto de renda e contribuição social	(278.948)	9.082	89.034	269.861	(178.049)	(82.468)	(171.488)	(917.012)
Lucro líquido - Dezembro de 2021	505.837	105.820	(83.198)	611.196	317.420	87.188	1.544.263	1.688.216
Lucro líquido - Dezembro de 2020	435.970	73.191	85.055	354.916	313.299	116.678		
Ativos e passivos							Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativos relacionados aos segmentos	10.617.391	774.653	4.972.603	4.167.448	12.249.370	2.181.904	34.963.369	30.061.717
Ativo imobilizado e intangível (ii)	131.667	-	-	299.034	162.432	3.425.191	4.018.324	3.289.227
Ágio de combinação de negócios (iii)	109.902	-	-	236.898	-	23.980	370.780	375.122
Intangível com vida útil indefinida (iii)	77.958	-	-	168.042	-	-	246.000	246.000
Demais ativos (iv)	-	-	-	-	-	2.030.765	2.030.765	2.758.136
	10.936.918	774.653	4.972.603	4.871.422	12.411.802	7.661.840	41.629.238	36.730.202
Passivos relacionados aos segmentos	7.444.376	631.867	5.839.638	2.513.824	10.809.409	2.246.961	29.486.075	25.302.229
Demais passivos	-	-	-	-	-	2.778.435	2.778.435	2.460.843
	7.444.376	631.867	5.839.638	2.513.824	10.809.409	5.025.396	32.264.510	27.763.072

(i) Os valores de sinistros retidos são apresentados líquidos de recuperação de resseguro, cosseguro, salvados e ressarcimentos.

(ii) Os intangíveis alocados aos segmentos “Seguros de automóveis” e “Seguros – demais ramos” referem-se, principalmente, àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 18).

(iii) O ágio e o intangível com vida útil indefinida alocados aos segmentos “Seguros de automóveis” e “Seguros – demais ramos”, referem-se àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 18). O ágio alocado ao segmento “Outros” refere-se àquele originado da aquisição da Bioqualynet.

(iv) Referem-se, principalmente, a ativos financeiros não vinculados às provisões técnicas, imposto de renda e contribuição social diferidos e impostos e contribuições a recuperar.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	60.339	145.678	961.949	576.305
Depósitos bancários	157	1.036	438.885	339.576
	60.496	146.714	1.400.834	915.881

(*) Composto por operações comprometidas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. ATIVOS FINANCEIROS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
					Total consolidado	Total consolidado
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	108.940	215.193	-	11.586	335.719	499.311
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT (*)	-	199.008	33.177	-	232.185	927.603
Outras aplicações	356	1.808	-	-	2.164	1.616
	109.296	416.009	33.177	11.586	570.068	1.428.530
Fundos exclusivos						
LFTs	122.341	1.002.581	1.364.757	411.132	2.900.811	4.226.156
NTNs - B	39.042	-	925.135	-	964.177	752.745
Cotas de fundos	292.387	222.298	386.665	16.533	917.883	728.446
Debêntures	29.898	109.014	556.158	2.476	697.546	760.279
Ações de companhias abertas	263.338	199.081	164.604	-	627.023	637.404
Letras financeiras - privadas	15.354	92.346	295.368	1.271	404.339	300.174
LTNs	-	-	268.123	-	268.123	-
DI	-	-	-	63.987	63.987	61.060
NTNs - C	-	-	29.625	-	29.625	54.673
CDBs	139	1.317	20.315	11	21.782	51.652
DPGE	305	677	12.478	25	13.485	-
	762.804	1.627.314	4.023.228	495.435	6.908.781	7.572.589
Total	872.100	2.043.323	4.056.405	507.021	7.478.849	9.001.119
Circulante	872.100				7.477.041	8.999.532
Não circulante	-				1.808	1.587

(*) Redução deve-se pelo processo de "run-off" do Consórcio DPVAT.

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Seguros	Previdência	Dezembro	Dezembro
			de 2021	de 2020
			Total	Total
			consolidado	consolidado
Carteira própria (*)				
NTNs - B	3.175.424	-	3.175.424	3.866.536
NTNs - F	358.324	-	358.324	430.647
NTNs - C	-	184.945	184.945	175.109
Total - não circulante	3.533.748	184.945	3.718.693	4.472.292

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em “Carteira própria” em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 4.214.110 (R\$ 4.557.492 em 31 de dezembro de 2020), gerando assim um resultado não realizado registrado no patrimônio líquido de R\$ -495.417 (R\$ -85.200 em 31 de dezembro de 2020).

8.1.3 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO – CONSOLIDADO

	Nível 1	Nível 2	Dezembro	Dezembro
			de 2021	de 2020
			Total	Total
Fundos exclusivos	4.162.736	2.746.045	6.908.781	7.572.590
Carteira própria	3.360.369	358.324	3.718.693	4.472.291
Fundos abertos	570.068	-	570.068	1.428.530
Total	8.093.173	3.104.369	11.197.542	13.473.411
Circulante			7.477.041	8.999.532
Não circulante			3.720.501	4.473.879

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro	Dezembro
					de 2021	de 2020
					Total	Total
					consolidado	consolidado
Fundos exclusivos (*)						
NTNs - B	168.770	804.982	69.517	31.619	1.074.888	901.693
NTNs - C	-	-	825.072	-	825.072	715.022
NTNs - F	-	-	-	451.751	451.751	116.094
Outros investimentos						
Outros	-	-	-	305	305	312
Total - não circulante	168.770	804.982	894.589	483.675	2.352.016	1.733.121

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 2.314.236 (R\$ 1.900.245 em 31 de dezembro de 2020).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	15.206.532	13.941.621
Aplicações	20.708.221	29.290.990
Resgates	(22.817.026)	(29.196.100)
Rendimentos líquidos	947.248	1.255.221
Ajuste a valor de mercado	(495.417)	(85.200)
Saldo final	13.549.558	15.206.532
Circulante	7.477.041	8.999.532
Não circulante	6.072.517	6.207.000

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Equivalentes de caixa (*)	9,13	9,26	1,88	1,89
Fundos exclusivos				
Letras financeiras %CDI	130,87	132,68	121,73	152,74
Debêntures (DI+)	1,68	1,83	-	-
NTNs - B - IPCA +	2,05	3,27	1,29	2,47
LFTs	0,12	0,15	0,10	0,07
NTNs - C - IGPM +	-	6,26	-	6,25
NTNs - F - PRÉ	-	7,96	-	7,57
Carteira própria				
NTNs - F - PRÉ	-	6,99	-	6,99
NTNs - C - IGPM +	-	5,99	-	5,99
NTNs - B - IPCA +	-	2,61	-	2,18

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (AO CUSTO AMORTIZADO) – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida
Títulos e créditos a receber (i)	7.185.644	(71.331)	7.114.313	5.610.244	(44.278)	5.565.966
Financiamentos (ii)	2.104.809	(206.908)	1.897.901	1.815.817	(75.223)	1.740.594
Operações de cartão de crédito (iii)	1.896.922	(854.364)	1.042.558	1.137.629	(489.264)	648.365
Empréstimos	521.279	(50.740)	470.539	247.125	(33.306)	213.819
	11.708.654	(1.183.343)	10.525.311	8.810.815	(642.071)	8.168.744
Provisão sobre o total da carteira			10,11%			7,29%
Circulante			9.382.483			7.192.576
Não circulante			1.142.828			976.168

(i) Referem-se a valores a receber de cartões de crédito a vencer ou não faturados, classificados no ativo circulante. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar a estabelecimentos filiados registrados na rubrica “Operações com cartão de crédito” (vide nota explicativa nº 22).

(ii) Refere-se a financiamentos de veículos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

(iii) Refere-se a valores a receber das operações de cartões de crédito faturados, vencidas ou parceladas.

9.1 MOVIMENTAÇÃO DO “IMPAIRMENT” DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONSOLIDADO (*)

As movimentações entre os estágios no período estão apresentadas a seguir:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	122.574	47.940	331.967	502.481
Novas entradas	379.404	251.143	393.232	1.023.779
Melhora de estágio	10.068	(2.736)	(7.332)	-
Piora de estágio	(75.777)	(154.912)	230.689	-
Liquidações (total ou parcial)	(309.787)	(83.975)	(490.427)	(884.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	126.482	57.460	458.129	642.071
Novas entradas	496.042	341.085	500.538	1.337.665
Melhora de estágio	12.733	20.990	(33.723)	-
Piora de estágio	(104.512)	(180.129)	284.641	-
Liquidações (total ou parcial)	(363.236)	(113.765)	(319.392)	(796.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	167.509	125.641	890.193	1.183.343

(*) O montante reconhecido como prejuízo das operações de crédito foi de R\$ 42.340 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 350.040 em 31 de dezembro de 2020). Em função no novo modelo de “Write off” em 2021, foram alongados os prazos para lançamento dos títulos para prejuízo, anteriormente eram usados 360 dias, e com o novo modelo o lançamento para cartão ficou em 1.890 dias e para o CDC 1.590 dias.

10. PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	3.713.574	(7.968)	3.705.606	3.173.108	(7.935)	3.165.173
Ramos elementares	1.387.477	(6.621)	1.380.856	987.560	(9.568)	977.992
Vida	442.136	(6.923)	435.213	373.642	(5.932)	367.710
Saúde	194.774	(2.893)	191.881	143.163	(9.806)	133.357
Porto Seguro Uruguai	118.596	(10.181)	108.415	100.152	(7.830)	92.322
Transportes	32.052	(1.754)	30.298	25.327	(1.089)	24.238
	5.888.609	(36.340)	5.852.269	4.802.952	(42.160)	4.760.792
Circulante			5.550.561			4.608.343
Não circulante			301.708			152.449

10.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	4.760.792	3.998.526
Prêmios emitidos	18.862.399	16.834.251
IOF	1.023.643	907.816
Adicional de fracionamento	147.970	176.393
Prêmios cancelados	(1.219.932)	(1.170.944)
Recebimentos	(17.728.423)	(15.969.088)
Provisão para riscos de crédito	5.820	(16.162)
Saldo final	5.852.269	4.760.792

10.2 MOVIMENTAÇÃO DO “IMPAIRMENT” DE PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	42.160	25.998
Constituições	99.850	76.487
Reversões	(103.087)	(56.825)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(2.583)	(3.500)
Saldo final	36.340	42.160

(*) As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta “Despesas operacionais” da Demonstração do Resultado (vide nota explicativa nº 36).

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR – CONSOLIDADO (*)

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Imposto de renda (i)	114.746	65.859
Contribuição social (i)	50.018	22.263
PIS e COFINS	30.135	18.284
Impostos Uruguai	15.230	13.055
INSS	4.101	4.174
Outros	6.308	8.685
	<u>220.538</u>	<u>132.320</u>
Circulante	218.243	130.025
Não circulante	2.295	2.295

(*) Os saldos da Controladora referem-se ao imposto de renda e à contribuição social.

(i) O aumento deve-se, principalmente ao reconhecimento dos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER – CONSOLIDADO (i)

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
IOF sobre prêmios de seguros	347.625	285.585
Imposto de renda (ii)	76.920	41.258
PIS e COFINS	72.030	70.769
Contribuição social (ii)	71.641	49.316
INSS e FGTS	40.205	37.950
IRRF	30.109	29.893
ISS	10.682	11.001
Outros	31.991	24.409
	<u>681.203</u>	<u>550.181</u>
Circulante	660.563	539.776
Não circulante	20.640	10.405

(i) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, ao IR retido na fonte e PIS/COFINS sobre JCP.

(ii) Referem-se às provisões líquidas dos valores antecipados.

11.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

11.3.1 ATIVO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2021
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	9.327	597.558	(485.011)	121.874
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais (i)	150.921	333.063	(52.561)	431.423
Provisão para riscos de créditos	241.155	169.124	(98.050)	312.229
Provisões sobre ajustes de instrumentos financeiros (ii)	-	161.305	-	161.305
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	100.228	29.807	(14.743)	115.292
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	20.134	22.873	(12.082)	30.925
Provisão de participação de lucros	72.837	260.225	(304.465)	28.597
Outras provisões	73.810	202.174	(182.815)	93.169
	659.085	1.178.571	(664.716)	1.172.940
Compensação de ativo/passivo diferido (*)	(335.359)	-	-	(367.849)
	333.053	-	-	926.965

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

(i) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais. Vide nota explicativa nº 1.5.

(ii) Correspondem aos efeitos sobre a marcação ao valor de mercado dos papéis existentes na “Carteira própria” que estão classificados em Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - ORA.

11.3.2 PASSIVO

	Controladora				Consolidado		
	Dezembro de 2020	Reversão/realização	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão/realização	Dezembro de 2021
IR e CS sobre combinação de negócios (i)	269.642	(5.049)	264.593	270.581	78.628	(5.989)	343.220
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	4.102	-	4.102	50.993	370	(1.656)	49.707
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	-	-	-	39.501	15.977	(9.955)	45.523
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	50.527	14.856	(51.718)	13.665
IR e CS sobre incentivo fiscal - provisão (ii)	-	-	-	35.246	-	(35.186)	60
Outros	8.102	-	8.102	54.171	3.443	(554)	57.060
	281.846	(5.049)	276.797	501.019	113.274	(105.058)	509.235
Compensação de ativo/passivo diferido	(13.679)	-	-	(192.080)	-	-	(196.386)
	268.167	-	276.797	308.939	-	-	312.849

(i) Vide nota explicativa nº 16.1.

(ii) Reversão das provisões relacionadas aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

11.3.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	<u>Montante</u>
Ano de realização:	
2022	768.061
2023	362.342
2024	127.614
2025	16.383
2026	8.590
2027 a 2029	7.794
Após 2029	4.030
Total - ativo	<u>1.294.814</u>
Valor presente (*)	<u>1.189.591</u>

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro.

11.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	1.560.624	1.683.142	1.715.751	2.605.228
Alíquota vigente (i)	34%	34%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(530.612)	(572.268)	(686.300)	(1.042.091)
Indébitos tributários (ii)	-	-	272.861	-
Inovação tecnológica (iii)	-	-	168.111	-
JCP	47.328	45.520	151.114	140.921
Equivalência patrimonial	561.542	560.490	-	-
Incentivos fiscais	-	-	18.344	25.641
Majoração da alíquota CSLL (i)	-	-	(19.721)	-
Participação nos lucros	(2.320)	-	(26.467)	(21.880)
Outros	(92.313)	(28.693)	(49.430)	(19.603)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	514.237	577.317	514.812	125.079
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	(16.375)	5.049	(171.488)	(917.012)

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, será de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

(ii) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais. Vide nota explicativa nº 1.5.

(iii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem). Vide nota explicativa nº 1.4.

12. BENS À VENDA – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Salvados (*)	220.881	136.493
Veículos desativados de locações	17.450	11.214
Veículos recuperados de financiamentos	11.816	2.739
Provisão para redução ao valor recuperável	(41.303)	(42.547)
	208.844	107.899

(*) Decorrente, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS (CAD) – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Automóvel	1.406.787	1.277.535
Patrimonial	453.496	382.918
Saúde	186.757	78.229
Riscos financeiros	177.714	110.439
Pessoas	115.516	111.212
Responsabilidades	10.098	8.989
Transportes	4.806	2.461
Outros	30.403	26.475
	2.385.577	1.998.258
Circulante	2.218.715	1.924.421
Não circulante	166.862	73.837

O prazo médio de diferimento da CAD é de 12 meses.

13.1 MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO DO CAD – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	1.998.258	1.862.816
Constituição	5.537.034	2.970.419
Apropriação para despesa	(5.149.715)	(2.834.977)
Saldo final	2.385.577	1.998.258

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – CONSOLIDADO

			Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Valor nacional	Valor pela curva	Valor justo	Valor justo
Opções de renda variável	217.149	-	19.706	858
Opção de Dólar Futuro	(6.856)	-	(1.684)	(1.001)
Contrato futuro de juros prefixados	2.948.498	-	-	-
Contrato de Futuro DI x IPCA	(41.237)	-	-	-
Contrato futuro de dólar	83.788	-	-	-
Contrato futuro de índice	(24.407)	-	-	-
Contrato Futuro de Treasury	(189.210)	-	-	-
Opções e contratos futuros (*)			18.022	(143)
Total - ativo circulante			18.022	-
Total - passivo circulante			-	(143)

(*) Instrumentos alocados nos fundos de investimentos da Companhia.

15. OUTROS ATIVOS – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Depósitos judiciais (i)	298.203	315.627
Outros créditos a receber de cartão de crédito	189.468	64.787
Despesas antecipadas	117.589	129.861
Comissões em processamento (ii)	84.948	93.674
Recebíveis de resseguro	67.381	58.515
Adiantamentos administrativos	55.438	37.370
Valores a receber - seguro	27.639	29.588
Almoxarifado	5.677	8.098
Cheques a depositar	2.524	2.107
Outros	85.804	60.266
	<u>934.671</u>	<u>799.893</u>
Circulante	596.700	441.381
Não circulante	337.971	358.512

(i) Vide nota explicativa nº 15.1.

(ii) Representam pagamentos de comissões a corretores sobre riscos vigentes e não emitidos.

15.1 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	191.000	189.321
PIS e COFINS	47.261	44.983
Sinistros judiciais	39.681	54.761
Outros	20.261	26.562
	<u>298.203</u>	<u>315.627</u>

(*) Refere-se à diferença entre o valor do depósito judicial e as provisões para obrigações legais oriunda dos benefícios previstos no REFIS. Vide nota explicativa nº 23(a).

16. INVESTIMENTOS

16.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS – CONTROLADORA

	Participação (%)	Saldos em dezembro de 2020	Resultado equivalência patrimonial	Aumento/ (redução) de capital	Ajustes Instrumentos financeiros	Ajuste de conversão/ outros	Dividendos	Saldos em dezembro de 2021
Porto Cia	99,99	4.181.882	940.256	392.000	(253.372)	20.563	(371.257)	4.910.072
Portoseg	99,99	1.011.204	212.242	-	-	356	(81.717)	1.142.085
Azul Seguros (i)	67,84	587.916	130.646	116.010	(43.878)	1.319	(76.896)	715.117
Porto Serviços e Comércio (iii)	99,99	151.922	185.532	160.600	-	566	-	498.620
Porto Consórcio Itaú Auto e Residência	99,99	194.881	104.988	-	-	414	(19.346)	280.937
Serviços Médicos	99,99	185.591	60.590	(27.500)	-	209	(90.184)	128.706
Portomed	99,99	62.390	11.237	(6.500)	-	525	(3.000)	64.652
Porto Investimentos	99,99	19.457	103	(6.000)	-	-	-	13.560
Renova	99,99	22.019	9.640	-	-	395	(23.106)	8.948
Proteção e Monitoramento	99,99	3.968	(343)	2.900	-	10	-	6.535
Crediporto	99,96	17.213	(3.341)	(5.500)	-	10	(1.999)	6.383
Portopar	99,80	815	3.772	-	-	43	-	4.630
Porto Odonto	99,99	5.797	(3.450)	-	-	(9)	-	2.338
Porto Odonto	99,98	383	(279)	900	-	-	-	1.004
Combinação de negócios (ii)	-	1.020.904	-	-	-	(12.622)	-	1.008.282
		7.466.342	1.651.593	626.910	(297.250)	11.779	(667.505)	8.791.869

(i) A “Porto Cia” possui 32,17% de participação nessa sociedade.

(ii) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro. Dessa combinação de negócios, originaram-se ágio e outros intangíveis (vide nota explicativa nº 18).

(iii) Desse montante, R\$ 152.631 refere-se ao valor justo do acordo entre a Companhia e a Petlove Cayman Ltd., onde ocorreu troca de ações e a licença do direito de uso das marcas Porto Seguro e Porto.Pet e do canal de distribuição Porto Seguro.

Controladas indiretas	Participação %
Porto Vida e Previdência	99,97
Porto Saúde	99,99
Porto Capitalização	100,00
Porto Seguro Uruguai	100,00
Porto Serviços Uruguai	100,00
Porto Atendimento	99,99
Porto Conecta	100,00
Porto Seguro Saúde Ocupacional	100,00
Franco	100,00
Mobitech	100,00
Renova Peças Novas	99,99

16.1.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Porto Seguro S.A.

				Dezembro de 2021
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	14.761.977	9.977.915	10.991.775	805.034
Portoseg	13.392.145	12.214.854	2.140.478	212.254
Azul Seguros (ii)	3.772.495	2.821.757	3.900.701	189.301
Porto Serviços e Comércio (ii)	699.866	201.244	63.084	173.123
Porto Consórcio	351.285	192.479	515.900	104.995
Porto Saúde	1.512.758	906.293	2.248.243	105.717
Itaú Auto e Residência	707.074	580.117	552.283	60.590
Porto Capitalização	1.250.212	1.110.665	137.432	26.428
Porto Uruguai	415.540	290.429	440.811	20.034
Serviços Médicos (ii)	72.277	7.625	63.868	5.488
Porto Conecta	1.774	441	391	(692)
Proteção e Monitoramento	11.134	4.746	11.487	(3.341)
Porto Vida e Previdência	5.555.947	5.226.977	862.948	(75.578)
Demais empresas	1.231.071	972.357	731.039	28.254
Participação de não controladores	-	-	-	(14)
Resultado de equivalência	43.735.555	34.507.899	22.660.440	1.651.593

				Dezembro de 2020
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	12.495.700	8.439.716	9.915.904	764.020
Azul Seguros (ii)	3.281.910	2.508.250	3.501.789	324.594
Portoseg	10.026.907	8.997.201	1.722.433	191.337
Itaú Auto e Residência	774.221	590.438	578.080	109.952
Porto Saúde	1.247.828	772.339	1.942.969	107.045
Porto Consórcio	272.304	171.951	408.706	66.834
Proteção e Monitoramento	20.981	3.762	28.926	35.227
Porto Seguro Uruguai	349.379	253.480	386.387	26.464
Porto Capitalização	1.043.186	935.571	126.117	21.175
Porto Vida e Previdência	5.395.905	5.200.056	962.782	(26.041)
Porto Serviços e Comércio (ii)	157.050	5.126	46.196	(8.067)
Porto Conecta	9.640	4.615	893	4.079
Serviços Médicos (ii)	70.437	8.047	61.321	6.828
Demais empresas	967.483	757.712	955.334	25.080
Participação de não controladores	-	-	-	(26)
Resultado de equivalência	36.112.931	28.648.264	20.637.837	1.648.501

(i) Incluem receitas financeiras.

(ii) Exclui o resultado de equivalência patrimonial.

16.2 PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Investimento inicial	Resultado		Outros	Saldos em dezembro de 2021
		equivalência patrimonial	Aumento de capital		
Coligadas (i)	344.625	(5.702)	78.092	-	417.015
Entidades controladas em conjunto (ii)	165.000	(5.530)	9.500	(6.538)	162.432
	509.625	(11.232)	87.592	(6.538)	579.447

(i) Corresponde a participação minoritária, de 13,48%, na Petlove Cayman Ltd. Vide nota explicativa 1.2.

(ii) Controle compartilhado de 50,0% na ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. Vide nota explicativa 1.3.

16.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Despesas administrativas repassadas pela Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (ii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde e Portomed;

- (iii) Serviços de monitoramento efetuados pela Proteção e Monitoramento;
- (iv) Convênio de rateio de custos administrativos entre a Itaú Auto e Residência e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, em razão da utilização de infraestrutura;
- (v) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Investimentos e Portopar;
- (vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
- (vii) Serviços de clínicas médicas e convênio de rateio de custos administrativos e operacionais entre a Serviços Médicos, Porto Saúde e Portomed;
- (viii) Serviços de “call center” contratados da Porto Atendimento;
- (ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- (x) Captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco;

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Porto Cia	877.762	835.432	237.332	195.175
Porto Atendimento	235.459	205.126	116.818	121.578
Porto Saúde	182.365	169.192	125.195	106.049
Crediporto	69.261	62.926	7.505	8.461
Porto Investimentos	12.474	12.021	12.737	6.660
Portoseg	12.291	9.349	241.939	231.373
Porto Capitalização	7.343	6.968	12.629	11.601
Itaú Auto e Residência	1.553	1.414	47.796	50.539
Porto Vida	-	2.214	30.296	30.317
Azul Seguros	-	-	376.897	356.307
Serviços Médicos	-	-	40.312	42.220
Porto Consórcio	-	-	69.343	61.727
Demais	13.132	8.735	92.841	91.370
	1.411.640	1.313.377	1.411.640	1.313.377

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 77.054 (R\$ 13.333 em dezembro de 2020) e R\$ 1.447.511 no passivo da Portoseg (R\$ 900.754 em dezembro de 2020) referentes à captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco que são remunerados em 100% do CDI, mais taxa prefixada.

	Controladora	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Dividendos e JCP a pagar (*)	357.970	398.739
	357.970	398.739

(*) Vide nota explicativa nº 26 (d).

16.4 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração e diretores, além dos honorários e encargos dos membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Participação nos lucros - administradores	9.280	10.554	104.200	93.508
Honorários e encargos	5.398	4.697	33.949	31.036
	14.678	15.251	138.149	124.544

17. ATIVO IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

	Saldo residual em dezembro de 2020	Movimentações				Dezembro de 2021			
		Aquisições	Baixas/vendas	Despesas de depreciação	Outros/transferências	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações (i)	688.373	418	(7.754)	(17.367)	8.031	807.107	(135.406)	671.701	2,0
Terrenos	256.970	-	(4.966)	-	(7.747)	244.257	-	244.257	-
Obras em andamento	32.500	-	-	-	-	32.500	-	32.500	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	140.553	2.371	(1.424)	(10.464)	(9)	184.513	(53.486)	131.027	5,0 a 33,3
	1.118.396	2.789	(14.144)	(27.831)	275	1.268.377	(188.892)	1.079.485	
Informática	61.358	61.605	(689)	(46.057)	545	420.467	(343.705)	76.762	20,0 a 33,3
Móveis, máquinas e utensílios	13.683	561	(1.528)	(5.771)	11	88.253	(81.297)	6.956	10,0 a 50,0
Equipamentos	3.881	113	(45)	(1.687)	(460)	36.786	(34.984)	1.802	10,0 a 14,3
Rastreadores	1.658	4.230	(199)	(3.636)	-	7.516	(5.463)	2.053	100,0
Veículos	1.460	1.604	-	(875)	1	9.433	(7.243)	2.190	20,0 a 25,0
	82.040	68.113	(2.461)	(58.026)	97	562.455	(472.692)	89.763	
Veículos e equipamentos locados a terceiros	450.069	705.896	(140.701)	(19.289)	(6.644)	1.013.055	(23.724)	989.331	3,0 a 29,3
	450.069	705.896	(140.701)	(19.289)	(6.644)	1.013.055	(23.724)	989.331	
	1.650.505	776.798	(157.306)	(105.146)	(6.272)	2.843.887	(685.308)	2.158.579	

(i) Para este item, foi utilizada taxa média ponderada.

18. ATIVOS INTANGÍVEIS – CONSOLIDADO

	Saldo residual em dezembro de 2020	Movimentações			Outros/transferências	Dezembro de 2021			Taxas anuais amortização (%)
		Aquisições	Baixas	Despesas de amortização		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Software	1.084.711	350.512	(852)	(108.990)	2.406	1.969.327	(641.540)	1.327.787	6,67 a 20,0
Outros intangíveis	22.185	-	-	(3.550)	-	55.135	(36.500)	18.635	20,0
	1.106.896	350.512	(852)	(112.540)	2.406	2.024.462	(678.040)	1.346.422	
Marca	246.000	-	-	-	-	246.000	-	246.000	-
Canal de distribuição	428.104	-	-	(12.622)	-	568.000	(152.518)	415.482	2,2
Ágio na aquisição de investimentos	346.800	-	-	-	-	346.800	-	346.800	-
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência (i)	1.020.904	-	-	(12.622)	-	1.160.800	(152.518)	1.008.282	
Ágio na aquisição de investimentos (ii)	28.323	-	(4.342)	-	-	23.981	-	23.981	
Outras combinações de negócios	28.323	-	(4.342)	-	-	23.981	-	23.981	
	2.156.123	350.512	(5.194)	(125.162)	2.406	3.209.243	(830.558)	2.378.685	

(i) Vide nota explicativa nº 16.1.

(ii) O montante de R\$ 4.342 deve-se a baixa do saldo do ágio oriundo na aquisição da Porto.Pet (anteriormente denominada Health For Pet) em 2015 e que mediante ao acordo de troca de ações entre Porto.Pet e Petlove Cayman Ltd., a Companhia realizou a baixa desse saldo.

18.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

Em 31 de dezembro de 2021, a recuperação do valor contábil do ágio e dos intangíveis com vidas úteis indefinidas foram avaliados com base no seu valor em uso, utilizando-se o método do fluxo de dividendos descontados.

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia e não superior às médias passadas recentes, aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte predominantemente de até cinco anos e descontá-los a valor presente por uma taxa de desconto do custo de capital esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros, determinando, assim, o valor econômico do negócio para os acionistas.

O ágio e os intangíveis com vidas úteis indefinidas estão alocados às UGC dos segmentos operacionais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6: (i) “Seguros de automóvel” e “Seguros - demais ramos”, referente à aquisição da Itaú Auto e Residência; e (ii) “Outros”, referente à aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável (“impairment”).

19. ATIVO DE DIREITO DE USO – CONSOLIDADO

	Movimentações				Dezembro de 2021		Taxas anuais de depreciação (%)
	Saldo em dezembro de 2020	Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	
Direito de uso	<u>103.721</u>	10.022	(15.903)	134.776	(36.936)	<u>97.840</u>	5,0 a 33,0

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

20. PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros (20.1)	13.508.703	13.335.190	12.751.924	12.565.442
Previdência complementar (20.2)	2.921.002	2.921.002	2.863.151	2.863.151
	<u>16.429.705</u>	<u>16.256.192</u>	<u>15.615.075</u>	<u>15.428.593</u>
Circulante	10.670.728		9.504.592	
Não circulante	5.758.977		6.110.483	

20.1 SEGUROS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	8.412.914	8.349.285	7.268.073	7.199.335
Provisão matemática - seguros	2.248.351	2.248.351	2.231.882	2.231.882
Sinistros a liquidar (administrativos e judiciais)	2.011.796	1.941.526	1.703.813	1.605.791
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	462.178	422.564	482.535	462.813
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT (*)	231.073	231.073	926.536	926.536
Demais provisões	142.391	142.391	139.085	139.085
	<u>13.508.703</u>	<u>13.335.190</u>	<u>12.751.924</u>	<u>12.565.442</u>
Circulante	10.355.640		9.246.412	
Não circulante	3.153.063		3.505.512	

(*) Redução deve-se pelo processo de “run-off” do Consórcio DPVAT.

20.2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
	<u>Líquido de resseguro</u>	<u>Líquido de resseguro</u>
Provisão matemática de benefícios a conceder	2.589.719	2.643.756
Provisão matemática de benefícios concedidos	278.929	204.828
Demais provisões	52.354	14.567
	<u>2.921.002</u>	<u>2.863.151</u>
Circulante	315.089	258.180
Não circulante	2.605.914	2.604.971

20.3 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E ATIVO DE RESSEGUROS - CONSOLIDADO

	<u>Passivos de contratos de seguros</u>	<u>Ativos de contratos de resseguros</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.635.782	118.477
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	15.644.249	126.959
Diferimento pelo risco decorrido	(15.272.805)	(106.439)
Aviso de sinistros	8.321.442	148.257
Pagamento de sinistros/benefícios	(7.313.018)	(107.422)
Atualização monetária e juros	465.215	7.492
Resgates	(454.534)	-
Portabilidades líquidas	(244.337)	-
(+/-) Outras (constituição/reversão)	(166.919)	(842)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.615.075	186.482
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	17.441.013	109.280
Diferimento pelo risco decorrido	(16.006.106)	(112.195)
Aviso de sinistros	9.168.929	115.240
Pagamento de sinistros/benefícios	(9.571.973)	(128.163)
Atualização monetária e juros	433.929	3.316
Resgates	(519.917)	-
Portabilidades líquidas	(122.333)	-
(+/-) Outras (constituição/reversão)	(8.912)	(447)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.429.705	173.513
Circulante	10.670.728	159.734
Não circulante	5.758.977	13.779

20.4 ATIVOS GARANTIDORES – CONSOLIDADO

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP e à ANS os seguintes ativos:

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Total dos passivos de seguro e previdência complementar (A)	16.429.705	15.615.075
Direitos creditórios (i)	4.719.618	3.934.059
Custos de aquisição diferidos pagos	1.212.055	976.872
Ativos de resseguro	109.632	117.209
Outros	14.448	9.751
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	6.055.753	5.037.891
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	10.373.952	10.577.184
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	-	522.151
Cotas de fundos de investimento	4.645.181	3.814.945
Cotas de fundos especialmente constituídos	3.766.088	4.084.372
Títulos de renda fixa - públicos	3.718.695	4.474.874
Imóveis - Uruguai	19.543	19.174
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	12.149.507	12.393.365
Excedente (E - C - D)	1.775.555	1.294.030

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de segurados e de apólices de riscos a decorrer.

(ii) A Resolução CNSP nº 412, de 30 de junho de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

20.5 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	Dezembro								
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	1.238,4	1.230,9	1.192,7	1.235,8	1.466,7	1.648,9	1.798,5	2.137,7	2.474,0
Um ano mais tarde	1.221,7	1.230,2	1.141,3	1.334,5	1.339,4	1.368,5	1.493,9	1.290,2	-
Dois anos mais tarde	1.262,4	1.296,9	1.209,9	1.418,7	1.393,3	1.492,1	1.502,9	-	-
Três anos mais tarde	1.318,4	1.351,5	1.277,8	1.461,1	1.439,3	1.494,0	-	-	-
Quatro anos mais tarde	1.369,0	1.413,8	1.324,6	1.498,7	1.439,9	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	1.428,4	1.461,2	1.366,0	1.503,2	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	1.465,8	1.502,4	1.376,0	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	1.496,9	1.516,3	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	1.508,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	1.508,2	1.516,3	1.376,0	1.503,2	1.439,9	1.494,0	1.502,9	1.290,2	2.474,0
Pagamentos acumulados até a data-base	(1.281,6)	(1.244,8)	(1.070,2)	(1.148,6)	(1.035,7)	(1.029,6)	(969,7)	(805,3)	-
Total	39,3	44,9	34,3	48,8	49,6	60,2	68,8	(48,3)	2.474,0
DPVAT, retrocessão e Porto Seguro Uruguai									231,0
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									2.705,0

21. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE SEGURO E RESSEGURO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Comissões sobre prêmios emitidos	512.927	404.709
Outros débitos de seguros e resseguradoras	102.856	97.445
	615.783	502.154

22. PASSIVOS FINANCEIROS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Operações com cartão de crédito (i)	6.888.635	5.349.263
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	2.401.697	990.100
Passivos de capitalização (iii)	1.091.581	917.486
Depósitos interfinanceiros (ii)	952.089	1.185.557
Outros empréstimos e financiamentos (iv)	1.080.060	736.000
Total de passivo financeiro avaliado a custo amortizado	<u>12.414.062</u>	<u>9.178.406</u>
Circulante	11.658.869	8.915.922
Não circulante	755.193	262.484

(*) Os saldos da Controladora referem-se a Debêntures.

(i) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a estabelecimentos filiados.

(ii) Captação de recursos da Portoseg, remunerados com base no CDI.

(iii) São compostos por: provisões para resgates dos títulos de capitalização, atualizados monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada de 0,35% ou 0,50% ao ano, e provisões para sorteios.

(iv) Refere-se principalmente à captação de recursos da Porto Locadora, remunerados com base no CDI.

Os passivos financeiros avaliados a valor justo são classificados como “Nível 2” na hierarquia de valor justo.

22.1 MOVIMENTAÇÕES DO PASSIVO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

	Operações com cartão de crédito	Demais passivos financeiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.354.424	2.746.167	7.100.591
Aquisição/constituição	24.316.382	2.637.109	26.953.491
Atualização monetária/juros	-	125.478	125.478
Liquidação/reversão	(23.321.543)	(1.679.611)	(25.001.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>5.349.263</u>	<u>3.829.143</u>	<u>9.178.406</u>
Aquisição/constituição	24.317.903	6.940.631	31.258.534
Atualização monetária/juros	-	228.639	228.639
Liquidação/reversão	(22.778.531)	(5.472.986)	(28.251.517)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>6.888.635</u>	<u>5.525.427</u>	<u>12.414.062</u>

23. PROVISÕES JUDICIAIS – CONSOLIDADO

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas

na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos e as movimentações das provisões estão demonstrados a seguir:

	Fiscais (a)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.293.499	21.526	30.567	1.345.592
Constituições	7.650	20.197	21.949	49.796
Êxitos/reversões	(5.531)	(845)	(3.300)	(9.676)
Pagamentos	(4.054)	(4.659)	(11.235)	(19.948)
Atualização monetária	25.213	305	5.315	30.833
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.316.777	36.524	43.296	1.396.597
(-) Depósitos judiciais (*)	(1.233.232)	(2.995)	(7.433)	(1.243.660)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2021	83.545	33.529	35.863	152.937
Quantidade de processos	58	722	2.612	3.392

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda é provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PIS	25.698	25.178	560.911	537.831
COFINS	119.276	116.864	315.004	309.085
Processos com adesão ao REFIS	-	-	356.218	373.854
Outros	-	-	84.644	72.729
Total	144.974	142.042	1.316.777	1.293.499
Depósitos judiciais (*)	(144.974)	(142.042)	(1.233.232)	(1.217.549)
Provisão líquida	-	-	83.545	75.950

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(i) PIS

As sociedades Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros discutem a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta

operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, a Porto Vida e Previdência aderiu parcialmente ao REFIS e; para a parcela remanescente, aguardamos o levantamento dos depósitos realizados, em razão do reconhecimento da decadência. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, a ação da Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades. Na ação da sociedade Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Na ação da Azul Seguros, aguarda cumprimento de sentença com relação ao depósito da competência de fevereiro/98.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Em Execução Fiscal movida em face da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R\$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um crédito a recuperar perante a Receita Federal.

Na ação da sociedade Porto Saúde, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal – REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) COFINS

Com o advento da Lei n 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas a alíquota de 4% após a promulgação da Lei 10.684/03. As sociedades Azul Seguros, Porto Saúde, Itaú Auto e Residência e PortoPar questionam judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Nas ações movidas pela Porto Saúde, Portopar e Itaú Auto e Residência aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação movida pela Azul Seguros, atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em sede de Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(iv) PIS e COFINS sobre receitas de juros sobre o capital próprio

A Controladora propôs ação visando discutir a legalidade e a constitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º do Decreto 5.164/04 que dispõe a respeito da incidência do PIS e COFINS sobre valores recebidos à título de juros sobre o capital próprio. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Controladora.

(v) Outros tributos

As Controladas Azul Seguros, Itaú Auto e Residência, Porto Cia, Porto Consórcio e PortoSeg, mantêm discussões, relativas a (i) IPTU; (ii) Taxa de Licença; (iii) Taxa de Fiscalização; (iv) Taxa de Lixo; (v) Taxa de Localização Instalação e Funcionamento - TLIF; (vi) Taxa de Funcionamento e Anúncio - TFA; (vii) Multa por Falta de Limpeza/Conservação; (viii) Imposto sobre Serviços - ISS (ix) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

(b) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R\$ 1.193.143 (R\$ 803.742 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 385.986 (R\$ 281.213 de possível impacto no lucro líquido); (ii) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados, com risco total estimado em R\$ 315.077 (R\$ 210.673 de possível impacto no lucro líquido) e (iii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R\$ 201.736 (R\$ 143.305 de possível impacto no lucro líquido).

(c) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R\$ 4.981 (R\$ 4.711 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis e não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

(d) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R\$ 201.549 (R\$ 169.304 em dezembro de 2020), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

Por orientação da SUSEP, a Companhia passou a tratar determinadas demandas judiciais (tais como danos morais, lucros cessantes, etc.) como processos cíveis, onde anteriormente eram classificadas na Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial, juntamente com os valores de coberturas reclamadas.

24. PASSIVO DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	231.544	(95.978)	135.566
Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	10.021	-	10.021
Apropriação dos juros	-	14.113	14.113
Pagamentos	(27.992)	-	(27.992)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	213.573	(81.865)	131.708
Circulante			12.894
Não circulante			118.814

Refere-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, calculado através de uma taxa incremental de financiamento considerando possíveis renovações e cancelamentos.

25. OUTROS PASSIVOS – CONSOLIDADO (i)

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Fornecedores	307.210	233.710
Participações nos lucros	250.325	261.364
Provisão de férias e encargos	125.763	117.763
Receitas a diferir (ii)	108.084	-
Programa de fidelidade - cartão de crédito	91.229	80.132
Devolução a consorciados	81.760	81.081
Benefícios pós emprego	77.182	57.943
Provisão de profit sharing	33.957	5.711
Outros	92.783	77.237
	<u>1.168.293</u>	<u>914.941</u>
Circulante	982.677	856.650
Não circulante	185.616	58.291

(i) Os outros passivos da Controladora referem-se, substancialmente, às participações nos lucros a pagar.

(ii) Receita das marcas e canal de distribuição que serão diferidas ao longo do prazo dos contratos com a Petlove.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado é R\$ 8.500.000, dividido em 646.586.060 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal, das quais 8.874.272 estão mantidas em tesouraria.

A AGE (Assembleia Geral Extraordinária), realizada no dia 20 de outubro de 2021, deliberou aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 4.000.000, mediante a capitalização de reservas de lucros, com a bonificação de 323.293.030 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal aos acionistas, na proporção de 1(uma) nova ação para cada 1(uma) já existente, nos termos do artigo nº 169, da Lei das Sociedades por Ações.

(b) PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 4 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações com as seguintes condições:

- Objetivo do programa: o programa de recompra de ações, por meio da aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, e/ou vinculação ao plano de remuneração em ações da Companhia, tem por objetivo, havendo condições propícias, criar alternativa adicional para geração de valor para os acionistas;
- Vigência do programa: entre 4 de fevereiro de 2022 e 3 de fevereiro de 2023;
- Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 17.973.306 ações ordinárias;
- Instituição Financeira autorizada: Itaú Corretora de Valores S.A.

A movimentação das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

	Ações em tesouraria (R\$ mil)	Quantidade	Valor médio por ação (R\$)	Ganho nas utilizações
Saldo em 31 de dezembro de 2020	160.061	6.737.872	23,78	145
Recompras	45.432	2.136.400	21,27	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	205.493	8.874.272	23,18	145

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 185.650 (R\$ 165.078 em 31 de dezembro de 2020), já considerando o desdobramento de ações. O preço mínimo das ações recompradas durante o ano de 2021 foi de R\$ 20,80 e o preço máximo foi de R\$ 21,78.

(c) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 seu saldo era de R\$ 120.683 (R\$ 703.270 em dezembro de 2020).

(ii) Reserva estatutária

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R\$ 680.971 (R\$ 3.340.201 em 31 dezembro de 2020).

(d) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido (da Controladora) do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A AGO/E de 31 de março de 2021 referendou a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2020 no montante de R\$ 844.095, compostos por: (i) juros sobre o capital próprio "JCP" imputados ao dividendo

obrigatório relativo ao exercício de 2020, no valor de R\$ 318.382, líquidos de imposto de renda; (ii) dividendos complementando o mínimo obrigatório no valor de R\$ 82.415; e (iii) dividendos adicionais ao mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2020, no valor de R\$ 443.298. A Companhia comunica ainda que a AGOE aprovou o pagamento em 12 de abril de 2021 e 26 de outubro de 2021.

Conforme aviso aos acionistas de julho e outubro de 2021, a Companhia creditou contabilmente em 29 de julho de 2021, R\$ 221.231 e em 26 de outubro de 2021, R\$ 177.431, brutos de imposto de renda (R\$ 344.062 líquidos de imposto de renda) em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, relativos ao primeiro semestre de 2021, a serem imputados aos dividendos deste exercício. A data de pagamento será fixada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se até 30 de maio de 2022.

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos (a serem aprovados na AGO de 30 de março de 2022 e pagos até 30 de maio de 2022) foram calculados como segue:

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Lucro líquido do exercício - Controladora (A)	1.544.249	1.688.191
(-) Reserva legal - 5%	(77.212)	(84.410)
Ajustes de IFRS	4.046	(591)
Lucro básico para determinação do dividendo	<u>1.471.083</u>	<u>1.603.190</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	<u>367.771</u>	<u>400.798</u>
Dividendos complementares propostos	261.729	443.298
Total de dividendos/JCP complementares	<u>261.729</u>	<u>443.298</u>
Total de dividendos (B)	<u>629.500</u>	<u>844.096</u>
Total por ação (R\$)	0,97745	1,30101
Distribuição total (B/A)	40,8%	50,0%

(*) Composto em dezembro de 2021 por JCP líquido já creditado contabilmente e imputado aos dividendos mínimos provisionados. No montante de R\$ 422.371 destacados na DMPL estão inclusos os dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 367.771 e R\$ 54.600, referentes ao imposto de renda retido na fonte (15% para acionistas residentes no país e alíquota diferenciada para acionistas residentes no exterior).

(e) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de pagamento de remuneração em ações elegíveis aos diretores estatutários da Companhia e das Controladas como parte de sua remuneração variável anual.

O objetivo do plano é promover o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administradores e dos acionistas, da Companhia e de suas Controladas; o comprometimento, por parte dos administradores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e suas Controladas; e a criação de valor para os acionistas.

Diante desse plano, a remuneração variável anual devida aos diretores passará a ser paga, em parte, em ações, nos termos do plano e do contrato de outorga, conforme o cronograma de implementação a seguir:

- i) Exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019): 7,50% (sete e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em ações;
- ii) Exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em ações;
- iii) Exercício social base de 2020 (remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em ações; e
- iv) Exercício social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022) e exercícios sociais subsequentes: 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em ações.

O plano não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração variável aos diretores, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte, deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Companhia, as quais apenas serão transferidas/ outorgadas aos diretores após o período de “vesting” (3 anos) posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, ou do desligamento do diretor, desde que cumpridas todas as condições previstas no plano e no respectivo contrato de outorga. A liquidação desse plano é feita mediante entrega de ações PSSA mantidas em tesouraria.

A movimentação do plano de remuneração em ações (já considerando o desdobramento de ações) está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.314	1.931
Diferimento de "vesting" do período	13.116	6.306
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	-	(923)
Saldo final	20.430	7.314
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	26,79	30,82
	Quantidade	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	240.324	75.468
Diferimento de "vesting" do período	503.551	198.556
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	-	(33.700)
Saldo final	743.875	240.324

27. PRÊMIOS DE SEGUROS EMITIDOS E CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS – CONSOLIDADO

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres e às contraprestações líquidas dos planos de saúde. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos
Automóvel	10.841.384	-	10.841.384	9.716.048	-	9.716.048
Saúde	2.198.358	-	2.198.358	1.888.766	-	1.888.766
Patrimonial	1.793.542	(51.407)	1.742.135	1.630.227	(63.560)	1.566.667
Pessoas	1.047.457	(22.335)	1.025.122	928.520	(16.445)	912.075
Riscos financeiros	763.454	(6.765)	756.689	666.454	(8.236)	658.218
VGBL	293.666	(55)	293.611	288.166	(65)	288.101
Transportes	227.753	(1.933)	225.820	183.452	(1.037)	182.415
Outros	546.456	(43.335)	503.121	503.318	(70.189)	433.129
	17.712.070	(125.830)	17.586.240	15.804.951	(159.532)	15.645.419

28. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Cartão de crédito	1.102.833	934.674
"Interchange" (*)	535.240	404.630
Financiamentos	350.510	268.733
Empréstimos	84.738	70.574
Outras	46.078	30.651
	2.119.399	1.709.262

(*) Refere-se a remunerações recebidas das bandeiras de cartões de crédito sobre as transações processadas.

29. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Porto Consórcio	487.105	383.981
Porto Atendimento	244.892	225.276
Mobitech	172.859	106.857
Portopar e Porto Investimentos	71.909	96.373
Porto Seguro Saúde Ocupacional	65.259	53.996
Serviços Médicos	63.237	60.648
Porto Serviços e Comércio	62.501	45.967
Crediporto	59.841	53.959
Proteção e Monitoramento	10.846	27.008
Outras	71.270	80.340
	<u>1.309.719</u>	<u>1.134.405</u>

30. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Venda de imóveis e Investimentos (i)	275.422	67.501
Outras receitas com cartão de crédito	48.748	25.568
Previdência	28.116	18.609
Consórcio	9.766	13.750
Seguros (ii)	7.436	38.589
Outras	17.745	22.946
	<u>387.233</u>	<u>186.963</u>

(i) Em 2021, o montante deve-se principalmente pelo valor justo do acordo de troca de controle da Porto.Pet pela participação de 13,5% na Petlove Cayman Ltd. Em 2020, o montante deve-se principalmente pela venda da carteira de alarmes monitorados da “PMO”.

(ii) Referem-se, principalmente, às receitas de honorários do convênio DPVAT, oriundos de atendimento aos segurados do consórcio.

31. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	1.095.826	1.083.668	351.116	382.263
Provisão matemática	296.127	296.127	290.260	290.260
Provisão de plano de previdência	133.179	133.179	115.700	115.700
Outras provisões	-	-	(2.381)	(2.381)
	1.525.132	1.512.974	754.695	785.842

32. SINISTROS RETIDOS – CONSOLIDADO

Os sinistros retidos (despesas com sinistros) compreendem as indenizações avisadas e variação de IBNR. A tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos de salvados e ressarcimentos.

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Bruto de resseguro	Recuperação de Resseguradoras	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Recuperação de Resseguradoras	Líquido de resseguro
Automóvel	6.705.578	269	6.705.847	5.363.616	-	5.363.616
Saúde	1.739.276	-	1.739.276	1.361.099	-	1.361.099
Patrimonial	569.645	(13.915)	555.730	618.973	(84.903)	534.070
Pessoas	509.214	(30.435)	478.779	361.708	(26.692)	335.016
Riscos financeiros	293.450	1.682	295.132	289.666	(3.313)	286.353
Outros	331.598	(58.537)	273.061	226.329	(22.296)	204.033
	10.148.761	(100.936)	10.047.825	8.221.391	(137.204)	8.084.187

33. CUSTOS DE AQUISIÇÃO – SEGUROS (*) - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Automóvel	2.424.193	2.278.820
Patrimonial	496.648	469.774
Pessoas	303.953	302.241
Saúde	175.819	165.407
Riscos financeiros	112.022	109.650
Outros	185.314	149.595
	3.697.949	3.475.487

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (nota explicativa nº 13) e as despesas de comercialização não diferidas.

34. DESPESAS ADMINISTRATIVAS – CONSOLIDADO (i)

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Pessoal e benefícios pós-emprego (ii)	1.884.376	1.600.745
Serviços de terceiros	768.892	618.618
Localização e funcionamento	418.332	431.072
Participação nos lucros	310.575	273.194
Publicidade	103.848	93.291
Programa Meu Porto Seguro (iii)	48.843	51.370
Donativos e contribuições	39.179	50.456
Outras	27.721	40.123
	<u>3.601.766</u>	<u>3.158.869</u>

(i) As despesas administrativas da Controladora referem-se, principalmente, às participações nos lucros, honorários e encargos. Vide nota explicativa 16.3.

(ii) Em 2021 a Companhia efetuou pagamento e reconhecimento contábil, no montante de R\$ 125.978, referente a adesão à transação tributária de desconto para a discussão de INSS sobre participação nos lucros e resultados de administradores, conforme Edital RFB/PGFN nº11/2021.

(iii) Valores referente ao Programa Meu Porto Seguro, que teve início em julho de 2020 e foi encerrado em abril de 2021.

35. DESPESAS COM TRIBUTOS – CONSOLIDADO (*)

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
COFINS	434.089	458.455
PIS	70.333	77.218
Imposto sobre serviços	46.182	38.207
Outras	66.805	61.840
	<u>617.409</u>	<u>635.720</u>

(*) As despesas com tributos da Controladora referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS sobre JCP recebido.

36. DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Captação de recursos	813.377	608.709
Provisão para riscos de créditos	583.613	489.629
Serviços de assistência	145.815	154.092
Cobranças e adm. de apólices e contratos	56.824	65.439
Encargos sociais de operações com seguros	40.707	37.860
Provisão para devedores duvidosos - seguros	(5.820)	16.162
Amortização de intangíveis e de combinação de negócios	12.622	12.648
Outras	126.842	186.831
	<u>1.773.980</u>	<u>1.571.370</u>

37. RECEITAS FINANCEIRAS – CONSOLIDADO (*)

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	601.208	909.663
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	491.775	451.766
Operações de PGBl/VGBl	204.646	270.709
Operações de seguros	147.970	176.393
Atualização monetária de depósitos judiciais	21.962	31.665
Outras	91.231	59.648
	<u>1.558.792</u>	<u>1.899.844</u>

(*) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, à valorização de títulos a valor justo.

38. DESPESAS FINANCEIRAS – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	350.381	376.917
Atualização monetária - passivos de previdência	261.340	244.486
Atualização monetária - passivos de seguro	109.104	103.047
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	71.450	13.743
Atualização monetária - PGBL e VGBL	63.485	117.682
Outras	234.321	122.897
	<u>1.090.081</u>	<u>978.772</u>

39. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – CONSOLIDADO**39.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2021, os planos contavam com cerca de 6,0 mil participantes ativos (5,6 mil em dezembro de 2020). A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 20.894 em dezembro de 2021 (R\$ 19.180 em dezembro de 2020).

39.2 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	57.943	63.907
Custo de juros	4.170	4.196
Custo dos benefícios	3.317	3.685
Ganho atuarial sobre a obrigação	(1.308)	(11.393)
Benefícios pagos	(8.519)	(2.465)
Outros	21.579	13
Saldo final do passivo	<u>77.182</u>	<u>57.943</u>

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2021, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	5,19%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%
Inflação econômica (ao ano)	4,17%
Inflação médica (ao ano)	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	4,17%

39.3 OUTROS BENEFÍCIOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Vales-alimentação e refeição	186.455	173.791
Assistências médica e odontológica	168.438	154.207
Vale-transporte	20.862	20.533
Auxílio-creche	5.880	6.557
Instrução	4.456	4.824
	386.091	359.912

40. LUCRO POR AÇÃO – CONTROLADORA

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o período de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

A Porto Seguro não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pela IAS 33 – Lucro por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o período é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação já considerando o desdobramento das ações está demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.544.249	1.688.191
Média ponderada do número de ações durante o período	644.025	648.800
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	2,39781	2,60202

PORTO SEGURO S.A.**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
2º Semestre de 2021**

O Comitê de Auditoria (“Comitê de Auditoria” ou “Comitê”) foi instituído pelo Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. (“Porto Seguro” ou “Companhia”), em reunião realizada em 16 de dezembro de 2005. É um órgão estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. É composto por três membros, dentre eles um profissional de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria dos mercados em que a Companhia e suas controladas atuam. Para a eleição dos membros, foram considerados os critérios de independência constantes na legislação e regulamentação aplicáveis. Trata-se de Comitê de Auditoria único, supervisionando, dentro dos limites de suas responsabilidades, a Companhia e todas as sociedades por ela controladas.

Ao Comitê de Auditoria compete, principalmente: **(i)** supervisionar a atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; **(ii)** supervisionar a atuação, independência, objetividade e qualidade do trabalho dos auditores independentes; **(iii)** zelar pela qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos; **(iv)** zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, considerando as particularidades afetas a cada sociedade, além de regulamentos e políticas internas; **(v)** zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Porto Seguro e de suas controladas, fazendo recomendações ao Conselho de Administração quanto à sua aprovação; e **(vi)** zelar pela correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de sua atuação.

No desempenho de suas atribuições, o Comitê de Auditoria se reúne com os administradores responsáveis pelas diversas áreas de negócio e de controles, bem como com a área de controladoria, os auditores internos e os auditores independentes. Suas conclusões se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de *compliance*. O presente relatório descreve as principais atividades desempenhadas pelo Comitê de Auditoria, no decorrer do segundo semestre de 2021 até a presente data.

No período compreendido entre 26 de julho de 2021 e 4 de fevereiro de 2022, inclusive, ocorreram nove reuniões do Comitê de Auditoria. Todas as reuniões possuem atas que refletem os assuntos discutidos pelo Comitê.

Acompanhamento dos sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos: O Comitê de Auditoria acompanhou os trabalhos da área de Controles Internos da Porto Seguro ao longo do segundo semestre de 2021, ouvindo os gestores das diversas áreas de negócio e acompanhando o desenvolvimento dos Planos de Ação para solução dos pontos levantados pela Auditoria Interna, bem como aqueles identificados pelos auditores externos. Da mesma forma, o Comitê acompanhou o painel de riscos, controles internos, segurança cibernética e PLD/FT.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Externa: A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) audita as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Porto Seguro, sendo responsável pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme normas

da profissão. O Comitê manteve reuniões trimestrais com os auditores externos, quando discorreram sobre seu trabalho. O Comitê considera que a PwC manteve sua independência e trabalhou com objetividade avaliando que seus trabalhos foram realizados com a qualidade esperada.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna: O Comitê acompanhou os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e avaliou os aspectos relativos à estrutura, recursos, responsabilidades e independência, além de ter examinado os principais relatórios elaborados pela área nesse período. O Comitê aprovou o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna para o ano de 2022, detalhando os compromissos da área para o período. Finalmente, o Comitê procedeu a avaliação da atividade de auditoria interna, concluindo que ela cumpre com qualidade seu papel e atribuições, cobrindo de forma adequada os riscos da Porto Seguro.

Acompanhamento das demonstrações financeiras anuais: A controladoria apresentou a análise de desempenho e as Demonstrações Financeiras da Porto Seguro individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Na mesma oportunidade, o Comitê se reuniu com o Auditor Independente e tomou conhecimento do relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2021. Ponderando as limitações decorrentes da extensão de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021, inclusive das sociedades supervisionadas pela SUSEP, estão prontas para serem apreciadas pelo Conselho de Administração.

Conclusão

Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas no período e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprecie e aprove as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Porto Seguro S.A em 31 de dezembro de 2021, inclusive as sociedades supervisionadas pela SUSEP.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2022.

Patrícia Maria Muratori Calfat

Coordenadora

Cynthia Nesanovis Catlett

Guy Almeida Andrade

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Porto Seguro S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas (Consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como a proposta da Diretoria da Companhia para destinação do resultado do exercício. Com base nos documentos analisados, no relatório emitido pela empresa de auditoria independente, apresentado em 1º de fevereiro de 2022 e a ser entregue assinado em 04 de fevereiro de 2022, do qual não constam ressalvas, as informações e os esclarecimentos recebidos em reuniões realizadas, no decorrer do exercício, com diretores da Companhia, auditores externos e Comitê de Auditoria, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, incluindo as declarações de juro sobre o capital próprio, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2022.

EDSON FRIZZARIM

Presidente da Mesa e membro efetivo do
Conselho Fiscal

ALFREDO SÉRGIO LAZZARESCHI NETO

Secretário da Mesa e membro efetivo do
Conselho Fiscal

ANDRÉA NOCETO DEGLI ODDI

Membro efetivo do Conselho Fiscal

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Porto Seguro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Porto Seguro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

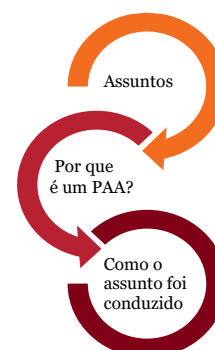
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro S.A. e da Porto Seguro S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porto Seguro S.A.

Nossa auditoria do exercício de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para riscos de crédito (*impairment*) de Empréstimos e Financiamentos (Notas 2.9.1., 4.1, 9 e 9.1)

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto consolidado das operações de concessão de empréstimos, financiamentos e operações de cartão de crédito era de R\$ 11.708.654 mil.

A Companhia através de sua controlada, mensurou a provisão para riscos de crédito por meio do estabelecimento de metodologias, que capturaram, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos em consonância com o IFRS9/CPC 48, totalizando o valor de R\$ 1.183.343 mil.

A provisão para risco de crédito (*impairment*) continua sendo área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve julgamento da administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9/CPC 48, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização de garantias.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes desenvolvidos pela administração da sua controlada relacionados ao modelo e premissas adotadas pela administração na determinação do valor recuperável da carteira de créditos, processo de classificação dos graus de risco, de monitoramento das garantias recebidas, da totalidade e integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para riscos de crédito.

Testamos, com o auxílio de nossos especialistas a aderência aos requisitos da referida norma, bem como em bases amostrais: (i) as premissas utilizadas para apuração da probabilidade de inadimplência atribuída no cálculo da provisão, utilizando como base a perda esperada para grupos com características de risco de créditos; (ii) a razoabilidade e consistência das premissas adotadas pela administração; (iii) recálculo da referida provisão utilizando as premissas da administração; e (iv) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento aos requisitos do IFRS 9/CPC 48.

Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração para determinação da provisão para risco de crédito de empréstimos e financiamentos são razoáveis em todos os aspectos relevantes, assim como as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR, IBNeR) (Notas 2.17, 4.4 e 20)

A Companhia através de suas controladas, registrou determinadas provisões técnicas, com destaque para: (i) sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), no valor de R\$ 462.178 mil e

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os

Porque é um PAA

(ii) sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), que somada à provisão de sinistros a liquidar (PSL) totalizam R\$ 2.044.344 mil.

A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros envolve julgamento da administração na elaboração de metodologias e premissas para mensuração do desenvolvimento de sinistros incorridos e de prêmios emitidos. A Companhia deve detalhar a metodologia e as premissas consideradas no cálculo das provisões técnicas em Nota Técnica Atuarial.

Em nossa avaliação continuamos a considerar essa uma área de foco de auditoria pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de sinistros da Companhia.

Efetuamos também, a reconciliação dos registros de sinistros com os saldos contábeis, testes documentais das contas de sinistros ocorridos, sinistros pendentes a liquidar, judiciais e administrativos, com o objetivo de comprovar a existência, ocorrência, bem como o respectivo valor contabilizado da amostra selecionada.

Adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas, testamos as metodologias e as premissas financeiras e atuariais utilizadas pela administração na determinação dessas provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR e PSL, em relação à experiência histórica da Companhia por meio de suas controladas e/ou às práticas utilizadas pelo mercado e procedemos ao recálculo em base de testes dessas provisões técnicas.

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como a integridade das bases de dados, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Porto Seguros S.A. e suas controladas são dependentes de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária.

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época

Porque é um PAA

Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários

Porto Seguro S.A.

para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras



Porto Seguro S.A.

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bruno Campos Garfinkel
Marco Ambrogio Crespi Bonomi
André Luís Teixeira Rodrigues
Ana Luiza Campos Garfinkel
Paulo Sérgio Kakinoff
Patrícia Maria Muratori Calfat
Pedro Luiz Cerize

DIRETORIA

Roberto de Souza Santos
Marcelo Barroso Picanço
Celso Damadi
Lene Araújo de Lima
José Rivaldo Leite da Silva
Marcos Roberto Loução
Sami Foguel

DANIELE GOMES YOSHIDA
Contador - CRC 1SP 255783/O-1